

Relatório Colaborativo – PNE 2024–2034

**Escuta aberta: contribuições da Baixada Santista à Comissão Especial do Plano
Nacional de Educação da Câmara dos Deputados**

**Baixada Santista
Julho de 2025**

SUMÁRIO

1. Apresentação da articuladora da escuta aberta e redatora do relatório colaborativo...	p.3
2. Apresentação geral.....	p.5
3. Metodologia.....	p.7
4. Sobre o território.....	p.10
5. Contribuições Populares da Escuta Aberta.....	p.12
5.1. Valorização e condições de trabalho das(os) profissionais da educação.....	p.13
5.2. Equidade, Inclusão e Estrutura Adequada.....	p.16
5.3. Currículo conectado à vida real, aos territórios e aos ODS.....	p.25
5.4. Democratização da gestão e participação cidadã.....	p.32
5.5. Avaliação humanizada e aprendizagem com dignidade.....	p.37
5.6. Proteção e cuidado no ambiente escolar.....	p.41
5.7. Tecnologia e inclusão digital como direito.....	p.48
6. Considerações finais.....	p.50
7. Subscrições.....	p.53

1. Apresentação da articuladora da escuta aberta e redatora do relatório colaborativo



Meu nome é Julianna Laffront, e a educação transformou a minha vida. Sempre estudei em escolas públicas. Fui a primeira da minha família a entrar em uma universidade, a concluir uma pós-graduação, a defender um mestrado. Enquanto mulher, servidora pública e articuladora política comprometida com as questões públicas, tenho plena consciência de que foi cada passo da minha formação que me permitiu sonhar — e mais do que isso, me deu o direito de realizar.

Me tornei autora do livro *Vida nas Ruas – Perspectivas do debate político no poder legislativo municipal de Santos* (2024) e idealizadora e coordenadora do projeto de educação Multiplicadores de Gestão Pública (MXGP 1.0), desenvolvido junto à Fundação João Mangabeira, voltado à formação cidadã e política para que jovens e mulheres da Baixada Santista se tornem novas lideranças e gestoras públicas. Atuo como Secretária de Mulheres do PSB em Santos e sou servidora pública de carreira há mais de 12 anos, com atuação na coordenação de políticas públicas voltadas à inclusão, à dignidade e ao desenvolvimento social. Sou Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP e especialista em Gestão de Projetos pela USP.

Atuo há mais de uma década com políticas públicas no cotidiano dos territórios, dialogando com pessoas, famílias, organizações da sociedade civil e servidores da ponta. Acredito que escutar é, antes de tudo, uma forma de construir política pública com verdade e compromisso. Foi com esse espírito que, em junho, participei do Seminário Estadual de São Paulo sobre o Plano Nacional de Educação (novo PNE), organizado pela Comissão Especial sobre o PNE da Câmara dos Deputados, promovido na Assembleia Legislativa - ALESP.

Escuta aberta: contribuições da Baixada Santista à Comissão Especial
do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados



Registro do Seminário sobre o PNE na ALESP, em 16/06.

Na ocasião, a Deputada Federal Tabata Amaral, presidente da Comissão Especial, fez um convite direto à sociedade civil: que enviássemos propostas, sugestões e contribuições para enriquecer o processo legislativo, para que construíssemos o novo PNE juntos!

Foi a partir desse chamado que decidi promover uma escuta aberta na Baixada Santista. A proposta foi simples, mas potente: abrir canais de diálogo com quem quisesse ser ouvido: educadores, estudantes, mães, pesquisadores, movimentos sociais e cidadãos comuns da nossa região, ouvindo o que esperam de um plano nacional de educação que realmente transforme.

A partir da publicação de um vídeo nas redes sociais, recebi dezenas de sugestões pelo WhatsApp. Com o apoio do Projeto Multiplicadores de Gestão Pública, organizei essas vozes compilando as sugestões neste relatório, construindo um diálogo com o texto do PL, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com as realidades vividas por cada um dos participantes.

Meu compromisso com a política é esse: transformar escuta em palavra, palavra em proposta e proposta em caminho coletivo. Este documento é parte desse compromisso. Que ele possa servir como instrumento de diálogo, influência e registro de um tempo em que sonhar

com uma educação pública digna foi também um ato de resistência, construção e esperança de uma sociedade mais justa. Para podermos continuar, cada vez mais, a sonhar e realizar.

2. Apresentação Geral

Este relatório é fruto de uma escuta aberta voluntária promovida na Baixada Santista no período de 24 de junho a 04 de julho de 2025, com o objetivo de contribuir de forma qualificada e popular com a construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2024–2034), atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados por meio do PL nº 2.614/2024.

A iniciativa partiu da convicção de que a política pública educacional é prioridade, e precisa ser construída com toda a sociedade, à várias mãos. Com quem vive a escola, o território e as desigualdades sociais no dia a dia.

A proposta da escuta foi amplamente divulgada pelas redes sociais, com um vídeo (publicado em minha página em colaboração com o Movimento ODS Santos) que alcançou mais de 14.800 visualizações. Essa estratégia foi escolhida considerando o desafio do curto tempo disponível para a realização da escuta, mas também entendendo as redes sociais como um importante mecanismo para despertar debates públicos e possibilitar que a mensagem chegasse de maneira rápida a quem se interessa por esse tema.

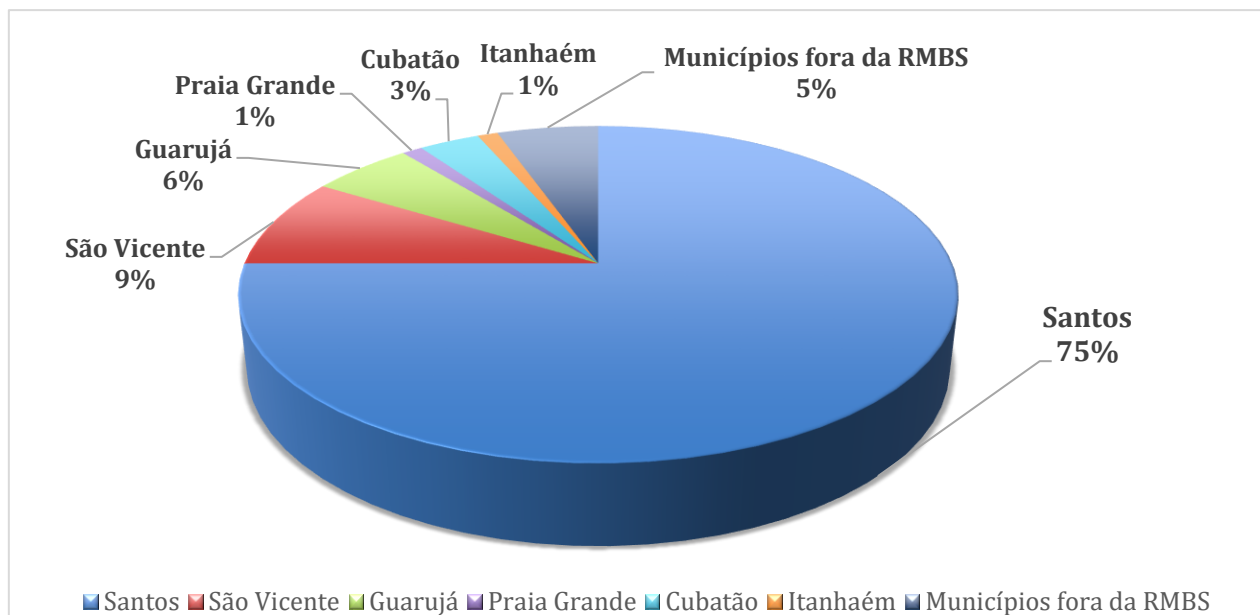
A partir desse convite aberto, pessoas de diferentes municípios da região sentiram-se mobilizadas e entraram em contato buscando mais informações, com grande vontade de contribuir.



Frame do reels de divulgação

Municípios de cidades como Santos, São Vicente, Praia Grande, Cubatão, Guarujá, Itanhém somaram forças a essa construção. Porém, o chamado extrapolou os limites da Baixada Santista! Nos surpreendendo, alcançamos cidades como São Paulo, São José dos Campos, São Miguel Paulista, Pedro de Toledo e Iguape.

Gráfico 1 – Cidades de moradia das pessoas interessadas em participar da Escuta Aberta



Elaboração própria

Participaram educadoras e educadores, mães, pesquisadores, estudantes, servidores públicos, militantes da inclusão, da cultura, da sustentabilidade e da participação cidadã. As contribuições foram colhidas de forma direta e respeitosa, e sistematizadas neste documento.

Apesar da potência da mobilização, o curto período disponível para a escuta representou um dos principais desafios desta construção. Muitas cidadãs e cidadãos demonstraram interesse em participar, mas não conseguiram, em tempo hábil, analisar os documentos de referência e enviar suas contribuições. Ainda assim, a escuta revelou a disposição de diferentes setores da sociedade em dialogar sobre o futuro da educação brasileira — e este relatório registra e honra esse movimento coletivo.

Ao reunir essas vozes, o relatório busca influenciar a redação final do novo PNE, registrando a força da participação social e fortalecendo a interlocução entre os territórios e o Legislativo nacional. A Baixada Santista, com sua diversidade e desafios históricos, contribui aqui não apenas com opiniões, mas com experiências e visões concretas de futuro.

3. Metodologia

A Escuta Aberta foi operacionalizada de forma direta, acessível e orientada, utilizando o WhatsApp como canal principal de diálogo objetivando superar o desafio do tempo para execução. A cada pessoa interessada em contribuir, foi enviado um conjunto de materiais de apoio, incluindo:

- o texto do PL nº 2.614/2024 (que institui o novo Plano Nacional de Educação);
- a Nota Técnica “Análise sobre o Projeto de Lei referente ao novo Plano Nacional de Educação”, do Movimento Todos Pela Educação (abril de 2025);

Junto a esse envio, foi feito um convite aberto para que a pessoa enviasse reflexões, sugestões de novas metas ou aprimoramento das já dispostas no PL e propostas livres, com base em suas vivências e perspectivas. As contribuições foram recebidas em diferentes formatos — textos corridos, áudios, tópicos, depoimentos pessoais e propostas técnicas — e sistematizadas com responsabilidade e transparência, respeitando o conteúdo original e buscando destacar sua essência política, educacional e cidadã. Sempre que possível, as propostas foram relacionadas às metas do PL em tramitação, assim como aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que dialogam com cada temática.

Além da escuta aberta pelo WhatsApp, a mobilização também contou com a participação ativa do Projeto Multiplicadores de Gestão Pública – MXGP 1.0 (iniciativa realizada em conjunto com a Fundação João Mangabeira e a Faculdade Miguel Arraes), coordenado por esta redatora.



Registro da atividade dos Multiplicadores de Gestão Pública 1.0 no dia 02/07

Julianna Laffront | Articuladora e redatora
(13) 98824-9096 | julianalaffront@hotmail.com

Escuta aberta: contribuições da Baixada Santista à Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados



Registro da atividade dos Multiplicadores de Gestão Pública 1.0 no dia 02/07



Registro de 3 Multiplicadoras e sua atividade da Escuta Aberta

Durante uma das atividades presenciais do ciclo formativo, os nossos multiplicadores foram convidados a refletir sobre os desafios da educação pública a partir da análise do PL nº 2.614/2024 e dos documentos complementares enviados. Em subgrupos, se debruçaram nas metas e elaboraram sugestões a partir de suas vivências. Essa ação possibilitou uma escuta orientada e coletiva, ampliando a diversidade dos olhares presentes neste relatório e fortalecendo o compromisso formativo do projeto com a construção de políticas públicas mais democráticas e participativas.

Foi realizada também uma atividade conduzida pela Secretaria Municipal de Mulheres do PSB São Vicente, através de sua Secretária Dani Rabelo, que se reuniu para construir reflexões de maneira coletiva. As sugestões foram incorporadas a esse território, enquanto processo de escuta aberta que abraça também coletivos.

A sistematização teve como princípios: clareza, pluralidade e compromisso com a transformação da política pública educacional. Reforçando o desafio do tempo restrito, busquei ao máximo contemplar a todas as sugestões e reflexões neste compilado. Por vezes são feitas citações diretas em contribuições muito específicas, em outros momentos, de forma ampla, congregamos muitas vozes em uma mesma demanda convergente. Não se tratou (nem se pretendeu) de realizar uma pesquisa científica, mas sim uma escuta cidadã com rigor político e sensibilidade pública.

Para organizar as propostas recebidas, estabeleci uma estrutura temática dividida em sete eixos principais, definidos a partir da análise das contribuições populares e das lacunas ou fragilidades identificadas no texto do PL nº 2.614/2024. Esses eixos orientaram a sistematização do relatório e permitiram agrupar as sugestões de forma coerente, respeitando sua diversidade de forma e conteúdo.

Cada eixo foi estruturado com a formulação de objetivos gerais, seguidos por metas numeradas de forma correlacionada (ex: 3.1, 3.2...) e estratégias associadas a cada meta (ex: 3.1.1, 3.1.2...). Essa metodologia buscou garantir clareza e facilitar o diálogo com o PL do novo PNE, além de reforçar o caráter propositivo da escuta aberta.

A definição dessas correlações foi um processo desafiador, delicado e criterioso, conduzido com compromisso com a coerência do documento. Em alguns casos, as sugestões foram incorporadas de forma direta e literal; em outros, sua essência foi traduzida em metas mais amplas ou estratégias específicas. Ao final de cada eixo, foi incluído um parágrafo reflexivo com os nomes das pessoas que contribuíram, reconhecendo publicamente o valor de suas vozes e fortalecendo o caráter coletivo e cidadão deste relatório.

4. Sobre o Território

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) é composta por nove municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. Localizada no litoral do estado de São Paulo, é a maior região metropolitana litorânea do país, com uma população estimada em aproximadamente 1,7 milhão de habitantes (IBGE, 2022). É marcada por sua diversidade territorial, histórica e social: concentra polos econômicos relevantes, como o Porto de Santos e a vocação turística dos municípios. Mas, também concentra territórios de alta vulnerabilidade social e desigualdade urbana.

A complexidade da região também se expressa nos indicadores socioeconômicos. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) da região é classificado como alto: a média da RMBS era de aproximadamente 0,817 em 2010, com destaque para Santos, que atingiu 0,840, sendo considerado muito alto.

No entanto, essa média esconde disparidades internas expressivas. Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o coeficiente de Gini de Santos, em 2022, foi de 0,5218, evidenciando um elevado grau de desigualdade na distribuição de renda — realidade semelhante a outros municípios da região. Esses números ajudam a dimensionar os desafios da política educacional em um território onde o potencial de desenvolvimento humano convive com marcantes desigualdades sociais e estruturais.

Trata-se de um território onde coexistem riqueza e vulnerabilidade, zonas portuárias, comunidades periféricas e rurais, escolas com boas estruturas e redes que enfrentam desafios crônicos de acesso, permanência e aprendizagem.

No âmbito educacional, os resultados do IDEB (2023) revelam uma desigualdade significativa entre os municípios da região. Nos anos iniciais do ensino fundamental, cidades como Bertioga (6,1)¹ e Praia Grande (6,4)² alcançaram as metas do plano nacional para esse ciclo (respectivamente, 6,1 e 6,3). Itanhaém obteve a maior nota da Baixada³, com 6,5 nos anos

¹ Bertioga registra maior Ideb da história com pontuação 6,5. Disponível em <https://costanorte.com.br/educacao/bertioga-registra-maior-ideb-da-historia-com-pontuacao-65-1108284.html> (acessado em 02/07/2025)

² PG apresenta maior crescimento nas notas do Ideb entre cidades da Baixada Santista. Disponível em <https://www2.praiagrande.sp.gov.br/noticia/id/46031#:~:text=Ao%20atingir%20a%20nota%20de,a%20nota%20de%206%2C5> (acessado em 01/07/2025).

³ Cidade do Litoral de SP é premiada por excelência na alfabetização infantil. Disponível em

iniciais e 5,4 nos anos finais⁴. Já Cubatão, São Vicente e Peruíbe apresentaram resultados abaixo das metas em especial nos anos finais do fundamental, com notas entre 4,9 e 5,4 em redes municipais e estaduais⁵.

Esses contrastes indicam que, enquanto alguns municípios priorizam com sucesso o acesso e a aprendizagem, outros ainda enfrentam desafios estruturais persistentes, o que reforça a necessidade de políticas educacionais mais específicas, intersetoriais e territorializadas:

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano), oito cidades não atingiram as metas estabelecidas para 2021, que foram mantidas para 2023. A exceção foi Bertiooga, que obteve a melhor pontuação da região (6,3). Nos anos finais (do 6º ao 9º ano), nenhuma cidade alcançou a marca projetada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (BS9 Litoral e Vale, 2024)⁶

Em Santos, na rede estadual nos primeiros anos, a nota estadual foi 6,2 e a meta 6. E municipal foi 5,9 e 6,5, respectivamente. Já nos anos finais foi 5,2 na estadual e meta de 5,7. Na municipal, foi 5 e meta 6,1. Já no Ensino Médio, a nota da estadual foi de 4,5 e 4,4 de meta. Em São Vicente, nos primeiros anos nas escolas estaduais a nota foi 5,8 e a meta de 6,8. Já na Municipal, 5,7 e meta de 6,6. Já nos anos finais, a estadual teve nota 5 e meta de 5,5 enquanto a municipal foi 4,9 e a meta de 6,2. No Ensino Médio, a rede estadual foi 4,1 e 4,1 (nota e média). Em Itanhaém, nos anos iniciais, a rede municipal registrou 6,1 na nota do Ideb e meta de 6,4. Nos anos finais, na rede estadual, a nota foi 4,8 e municipal 5,4. A meta da estadual foi de 5,9 e a municipal também. Já no Ensino Médio, 4,4 foi a nota do Ideb e 4,1 a meta na pública e estadual. (BoqNews, 2024)⁷

Esses dados revelam que, enquanto há redes de ensino com resultados acima da média nacional, há também realidades estruturais desafiadoras que demandam atenção e políticas específicas.

Além das disparidades numéricas, a região apresenta diversidade sociocultural significativa: abrange zonas urbanas densas, comunidades tradicionais, áreas rurais isoladas,

<https://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/cidade-do-litoral-de-sp-e-premiada-por-excelencia-na-alfabetizacao> (acessado em 01/07/2025)

⁴ Itanhaém bate meta do Ideb e é a maior nota da Baixada Santista nos anos finais. Disponível em <https://www2.itanhaem.sp.gov.br/2024/10/07/itanhaem-bate-meta-do-ideb-e-e-a-maior-nota-da-baixada-santista-nos-anos-finais/> (acessado em 01/07/2025)

⁵ ibidem

⁶ Cidades da Baixada Santista não atingem metas do Ideb. Disponível em <https://www.bs9.com.br/politica/cidades-da-baixada-santista-nao-atingem-metas-do-ideb/27054/> (acessado em 01/07/2025)

⁷ [https://www.boqnews.com/cidades/especialistas-abordam-sobre-as-notas-do-ideb-serem-baixas-na-baixada-santista/#:~:text=Nos%20anos%20iniciais%20\(do%201%C2%BA,3%2C7%20na%20rede%20estadual.](https://www.boqnews.com/cidades/especialistas-abordam-sobre-as-notas-do-ideb-serem-baixas-na-baixada-santista/#:~:text=Nos%20anos%20iniciais%20(do%201%C2%BA,3%2C7%20na%20rede%20estadual.)

Acessado em 01/07/2025

além de periferias expostas a vulnerabilidades relacionadas à violência e barreiras de acesso a serviços públicos.

Essa complexidade torna a região um lugar estratégico para pensar políticas educacionais que dialoguem com a vida real. O território carrega uma forte tradição de participação social, articulação comunitária e enfrentamento das desigualdades, o que se reflete também nas lutas por uma educação pública de qualidade e com equidade.

Este relatório, portanto, nasce não de uma simples análise pontual, mas de um processo regional engajado, fundamentado em evidências e sensível às complexidades locais — legitimando cada contribuição técnica e popular como parte de uma voz coletiva na construção do PNE.

5. Contribuições Populares da Escuta Aberta

As contribuições apresentadas a seguir foram colhidas no processo de escuta aberta promovido entre os dias 24 de junho e 4 de julho de 2025, com participação de cidadãs e cidadãos da Baixada Santista. A escuta foi orientada por documentos de referência sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2024–2034) e resultou em proposições potentes, ancoradas em vivências concretas, afetos e compromissos com o futuro da educação pública brasileira.

A diversidade das falas reflete a complexidade do território — mães, professoras, estudantes, gestoras, militantes e trabalhadores da educação contribuíram com ideias, memórias e propostas que expressam o desejo coletivo de uma escola mais humana, justa, inclusiva e conectada com a vida real.

Ao sistematizar essas vozes, foi possível identificar sete grandes eixos de atenção recorrentes na escuta, sendo eles:

1. Valorização e condições de trabalho das(os) profissionais da educação;
2. Equidade, Inclusão e Estrutura Adequada;
3. Currículo conectado à vida real, aos territórios e aos ODS;
4. Democratização da gestão e participação cidadã;
5. Avaliação humanizada e aprendizagem com dignidade;
6. Proteção e cuidado no ambiente escolar;
7. Tecnologia e inclusão digital como direito;

Cada contribuição que compõe este relatório foi respeitada em sua linguagem e essência, e, quando possível, associada às metas previstas no PL nº 2.614/2024 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Mais do que sugestões técnicas, o que este documento reúne são experiências de escuta, coragem e construção coletiva.

5.1 - Eixo 1 – Valorização e condições de trabalho das(os) profissionais da educação



A valorização dos profissionais da educação foi um dos temas centrais apontados pela nossa escuta aberta. As contribuições destacaram a ausência de metas concretas de remuneração, fragilidades nas condições de trabalho, lacunas na articulação entre formação inicial e prática profissional, e a necessidade de políticas de bem-estar e apoio institucional aos docentes.

Essas preocupações dialogam diretamente com o Objetivo 16 do PL 2.614/2024, que busca 'Garantir formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica'. Abaixo, apresentamos as sugestões recebidas reorganizadas no formato de objetivo, metas e estratégias, em consonância com o formato do Plano Nacional de Educação (PNE), com a devida referência às metas já previstas no PL e às lacunas que as propostas da sociedade civil visam preencher.

Objetivo	
1.1	Valorizar os profissionais da educação básica com foco em condições dignas de trabalho, formação de qualidade e reconhecimento profissional.

Metas	
1.1.1	Assegurar que todos os profissionais da educação básica recebam remuneração compatível com a responsabilidade do cargo, conforme o Piso Salarial Nacional, com complementações regionais.

1.1.2	Implantar planos de carreira nacionais com parâmetros mínimos para todas as redes, incluindo incentivo à dedicação exclusiva, atuação em territórios vulneráveis e mérito profissional.
1.1.3	Garantir acesso à formação inicial com articulação prática, por meio de estágios supervisionados de qualidade e residência pedagógica em escolas públicas.
1.1.4	Assegurar políticas de apoio psicossocial aos profissionais da educação e infraestrutura mínima adequada à atuação docente.
1.1.5	Regulamentar a formação e as carreiras dos profissionais da educação que atuam como apoio pedagógico direto nas salas de aula, exigindo formação superior em curso correlato à área da educação.
1.1.6	Valorizar os professores alfabetizadores com participação ativa na formulação de políticas, retirando o critério genérico de 'bom desempenho'.

Estratégias	
1.1.1.1	Criar indicadores nacionais claros e periódicos de valorização salarial dos docentes, incluindo remuneração média por etapa, rede e tempo de carreira.
1.1.1.2	Vincular mecanismos de financiamento à valorização e à carreira dos profissionais da educação, como contrapartida para transferências voluntárias da União.
1.1.1.3	Estabelecer parâmetros mínimos nacionais para planos de carreira, inclusive com estímulo à dedicação exclusiva em escolas públicas de maior vulnerabilidade.
1.1.3.1	Regulamentar e fortalecer o modelo de residência pedagógica nas licenciaturas, em parceria entre redes de ensino e universidades públicas.
1.1.4.1	Implementar políticas nacionais de bem-estar docente, com foco em saúde mental, carga horária pedagógica equilibrada e ambientes escolares saudáveis.
1.1.4.2	Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação em direitos humanos, gestão democrática e práticas pedagógicas contemporâneas.

Diálogo com o PL 2.614/2024:

- As sugestões deste eixo aprofundam e detalham diversas metas já previstas no PL, especialmente as Metas 16.a, 16.b, 16.c e 16.d.

- São especialmente convergentes com as Estratégias 16.1 a 16.24, incluindo o estímulo à residência pedagógica, valorização do estágio supervisionado, e promoção de políticas de apoio à saúde mental docente (16.15).

- Contribuem ainda com sugestões mais específicas de indicadores e padrões nacionais mínimos que, embora mencionados de forma genérica no PL, não estão suficientemente detalhados.

- As propostas também antecipam a aplicação da Meta 16.e (qualidade da formação inicial medida pelo ENADE) com propostas práticas para melhorar os processos formativos.

Relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

ODS 3 – Saúde e Bem-estar: Ao incorporar políticas de cuidado e saúde mental para professores, as sugestões dialogam diretamente com esse objetivo.

ODS 4 – Educação de Qualidade: Ao garantir professores qualificados, motivados e bem remunerados, as propostas contribuem para assegurar educação inclusiva e equitativa de qualidade;

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: A valorização da carreira docente promove emprego digno e condições justas de trabalho no setor educacional;

Algumas reflexões:

Érica Florêncio – Valorização docente estruturada: Érica, professora da rede pública em Santos, traz uma contribuição sistemática sobre os principais pontos que devem ser considerados na valorização docente. Ela aponta a ausência de metas específicas para remuneração mínima e a necessidade de definir indicadores claros, compromissos vinculantes de financiamento e cronogramas de implementação. Também questiona o enfoque limitado nas condições de trabalho e defende a formulação de políticas de bem-estar, infraestrutura mínima e apoio institucional aos educadores.

Outro ponto fundamental é a fragilidade na articulação entre formação inicial e prática profissional: Érica propõe referenciais de qualidade para cursos de licenciatura, ampliação dos estágios supervisionados e fortalecimento da residência pedagógica. Por fim, ressalta que a carreira docente precisa de padrões mínimos nacionais, incentivo à atuação em regiões de difícil acesso e mecanismos de valorização por mérito e dedicação exclusiva.

Rosana Lopes Figueira – Inovação e apoio à docência na educação inclusiva: Rosana, professora da educação infantil, traz reflexões valiosas sobre a valorização dos profissionais no contexto da inclusão escolar. Defende o uso de tecnologias educativas como recurso de apoio, a necessidade de formação continuada específica e o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como política pública efetiva. Aponta que os profissionais da educação, especialmente os que atuam em contextos de vulnerabilidade e com estudantes com deficiência, precisam ser cuidados e acompanhados por políticas públicas

estruturadas, que garantam suporte técnico e institucional para que seu trabalho aconteça com dignidade.

Lídia Santos Mota Miyazaki: Analisa as duas metas que colocamos por último e constam do PNE. Regular Apoio pedagógico: a profissionalização desse segmento da equipe escolar é fundamental para garantir um ambiente educacional de qualidade e com equidade. A exigência de formação superior fortalece a compreensão da função educativa desses profissionais e contribui para a valorização da carreira e dos resultados escolares.

Quando ao “bom desempenho” falando dos professores alfabetizadores, Lídia questiona os critérios de avaliação docente em contextos tão diversos, argumentando que o cotidiano de sala de aula é complexo e heterogêneo. Propõe que as políticas valorizem a escuta dos profissionais e não se baseiem em métricas engessadas.

5.2 - Eixo 2 – Equidade, Inclusão e Estrutura Adequada



A inclusão educacional e a promoção da equidade permanecem como desafios centrais na construção de uma política educacional verdadeiramente democrática e justa no Brasil. Na Baixada Santista, esse tema emergiu com força durante a escuta aberta, revelando preocupações de pais, professores e cidadãos sobre a falta de estrutura, de formação profissional e de acompanhamento adequado nas escolas para garantir o direito à educação de crianças com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e necessidades específicas de aprendizagem. Também foram recorrentes os relatos sobre a dificuldade de se garantir um ambiente escolar seguro e acolhedor, tanto para estudantes quanto para educadores.

Embora o PL nº 2.614/2024 apresente um capítulo específico dedicado à Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Objetivo 9), muitas das estratégias ainda carecem de detalhamento e de mecanismos claros de financiamento, acompanhamento e formação de equipes. As contribuições organizadas neste eixo propõem o aprofundamento e aprimoramento das metas previstas, além de apontar lacunas importantes a serem enfrentadas — como a ausência de profissionais capacitados em número suficiente, a sobrecarga de

educadores, a precariedade da infraestrutura e a invisibilidade de práticas de exclusão ainda persistentes no cotidiano escolar.

Objetivos:	
2.1	Consolidar um sistema educacional efetivamente inclusivo, equitativo e de qualidade, com garantia de condições de acesso, permanência e aprendizagem para todos os estudantes, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, respeitando as diversidades socioculturais, territoriais e linguísticas do país.
2.2	Garantir a inclusão real e qualificada de estudantes com deficiências e transtornos do neurodesenvolvimento, por meio de protocolos integrados com a saúde, capacitação obrigatória das equipes escolares e suporte emergencial e pedagógico adequado.
2.3	Ampliar a permanência na educação infantil por meio da implementação de uma política nacional de assistência estudantil voltada à primeira infância.
2.4	Erradicar o analfabetismo absoluto e funcional por meio de políticas territorializadas de EJA, com incentivo financeiro à matrícula e acompanhamento intersetorial.
2.5	Ampliar o acesso de pessoas idosas à alfabetização por meio de formatos flexíveis, com funcionamento adaptado às suas rotinas, como turmas aos finais de semana e oferta territorializada.
2.6	Garantir dignidade menstrual como direito educacional e sanitário, assegurando condições estruturais e pedagógicas que promovam o acesso pleno à educação para meninas, mulheres e pessoas que menstruam.

Metas:	
2.1.1	Ampliar a presença de profissionais qualificados em inclusão nas unidades escolares públicas.
2.1.2	Garantir a criação e manutenção de salas de apoio (sala de recursos multifuncionais – SEM, ou Atendimento Educacional Especializado – AEE) com estrutura adequada nas escolas públicas.
2.1.3	Revisar a previsão de número máximo de estudantes por profissional de apoio, conforme o nível de suporte necessário.
2.1.4	Criar indicadores de inclusão e permanência que considerem as diferentes realidades e graus de suporte.
2.1.5	Garantir mecanismos de monitoramento e avaliação sobre inclusão e permanência de estudantes com deficiência.
2.1.6	Assegurar que 100% das escolas da rede pública estejam, até 2034, capacitadas para: a) identificar sinais de transtornos e dificuldades de aprendizagem; b) articular com a rede de saúde para diagnóstico e laudo; c) implementar planos pedagógicos individuais com apoio especializado; d) atuar com segurança em situações de emergência.

2.2.1	Ampliar a formação continuada dos docentes e equipes escolares sobre educação inclusiva.
2.2.2	Fortalecer políticas de apoio psicológico, pedagógico e institucional nas redes de ensino.
2.2.3	Implementar, em todos os municípios, um programa estruturado de identificação, diagnóstico, acompanhamento e suporte pedagógico especializado para estudantes da educação básica com dislexia, discalculia e TDAH, até 2030.
2.3.1	Garantir, até 2030, um programa nacional de assistência estudantil para a educação básica, com recursos para merenda escolar de qualidade, transporte gratuito e seguro, materiais escolares e incentivos à permanência, priorizando estudantes de periferias e zonas rurais remotas.
2.3.2	Implantar, até 2029, programas integrados de educação nutricional nas escolas, com monitoramento da qualidade da merenda e ações formativas sobre alimentação saudável.
2.4.1	Erradicar o analfabetismo funcional e absoluto até 2035, com ampliação e territorialização da EJA, incentivo financeiro à matrícula e alfabetização plena em dois anos, com prioridade para públicos referenciados no CADÚNICO, população originária, pessoas em situação de rua, encarceradas e trabalhadores informais.
2.5.1	Oferecer, até 2030, em todos os municípios, turmas de alfabetização para pessoas idosas com horários alternativos e funcionamento em espaços próximos às comunidades, inclusive aos finais de semana, conforme a realidade local.
2.6.1	Assegurar, até 2030, que 100% das escolas públicas da educação básica disponham de infraestrutura sanitária adequada, acesso gratuito a produtos de higiene menstrual e ações educativas que combatam a desinformação e o estigma sobre a menstruação.

Estratégias:	
2.1.1.1	Ampliação da oferta de cursos presenciais e continuados de educação especial e inclusiva aos docentes e equipes gestoras.
2.1.2.1	Criação de salas de recursos multifuncionais com estrutura adequada e equipe técnica capacitada.
2.1.3.1	Revisão da previsão de número máximo de estudantes por profissional de apoio, conforme nível de suporte necessário.
2.1.4.1	Criação de indicadores de inclusão e permanência que considerem as diferentes realidades e graus de suporte.
2.1.5.1	Monitorar os indicadores de identificação, atendimento e progresso pedagógico dos estudantes com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento, respeitando a LGPD.
2.2.1.1	Tornar obrigatória a formação continuada de educadores e equipes escolares em: transtornos do neurodesenvolvimento (como TDAH, TEA, dislexia, TOD); triagem e encaminhamento; primeiros socorros e acolhimento seguro.

Escuta aberta: contribuições da Baixada Santista à Comissão Especial
do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados

2.2.1.2	Estabelecer protocolo nacional de triagem com atuação intersetorial entre educação, saúde e assistência social.
2.2.2.1	Criar fluxos obrigatórios entre as Secretarias de Educação e Saúde para realização de diagnóstico e acompanhamento de estudantes com deficiência e transtornos.
2.2.2.2	Implantar núcleos de apoio regionais com equipes multiprofissionais para suporte pedagógico, psicológico e institucional às escolas e famílias.
2.2.3.1	Realizar triagens regulares em todas as escolas públicas, com encaminhamento para diagnóstico especializado em parceria com a saúde.
2.2.3.2	Desenvolver e aplicar planos pedagógicos individualizados para estudantes diagnosticados
2.2.3.3	Assegurar formação continuada dos educadores para o reconhecimento e acolhimento pedagógico de estudantes com dislexia, discalculia e TDAH.
2.2.3.4	Estabelecer fluxos permanentes entre as Secretarias de Educação e Saúde para o acompanhamento dos casos.
2.2.3.5	Produzir e distribuir materiais de orientação às famílias, fortalecendo a rede de cuidado.
2.2.3.6	Monitorar os dados sobre identificação e evolução pedagógica desses estudantes, garantindo a proteção de seus direitos.
2.3.1.1	Instituir mecanismos de financiamento federais vinculados ao CAQ (Custo Aluno Qualidade) com ênfase nas regiões de maior vulnerabilidade.
2.3.1.2	Assegurar transporte escolar regular e seguro como parte da política educacional.
2.3.1.3	Articular ações intersetoriais com assistência social e saúde para garantir o acesso e permanência na primeira infância.
2.4.1.1	Fortalecer políticas públicas intersetoriais para EJA nos territórios.
2.4.1.2	Estimular convênios e parcerias com movimentos sociais e coletivos de base.
2.4.1.3	Implementar incentivo financeiro vinculado à permanência e conclusão dos ciclos formativos.
2.5.1.1	Realizar diagnóstico participativo com pessoas idosas que não frequentam a EJA, ouvindo suas dificuldades, demandas e sugestões.
2.5.1.2	Criar, em parceria com conselhos de idosos e movimentos populares, turmas descentralizadas de alfabetização com oferta preferencial aos sábados.
2.5.1.3	Garantir transporte público gratuito, merenda e acessibilidade física para a participação das pessoas idosas.
2.5.1.4	Assegurar formação específica para educadores que atuem com essa faixa etária, reconhecendo suas particularidades e saberes.
2.6.1.1	Distribuir gratuitamente absorventes e itens de higiene menstrual nas unidades escolares, com financiamento garantido em regime de colaboração.
2.6.1.2	Adequar sanitários escolares com papel higiênico, sabonete, água encanada e coleta de lixo apropriada, com atenção especial às regiões em maior vulnerabilidade social.
2.6.1.3	Criar protocolos escolares de acolhimento e cuidado no período menstrual, com formação de profissionais da educação e articulação com a rede de saúde

2.6.1.4	Inserir a saúde menstrual nos currículos escolares, especialmente nos componentes de saúde, ciências e educação sexual.
2.6.1.5	Realizar campanhas educativas permanentes sobre dignidade menstrual, com enfoque na superação de estigmas e promoção da equidade de gênero.
2.6.1.6	Isentar produtos de higiene menstrual de tributos em âmbito federal, como forma de ampliar o acesso e reduzir desigualdades.

Convergência com o PL nº 2.614/2024:

As propostas dialogam diretamente especialmente com as metas 9.a, 9.b e 9.c, e com estratégias como 9.1, 9.3, 9.4, 9.6, 9.11, 9.14 e 9.16, que versam sobre universalização do acesso, fortalecimento da acessibilidade, qualificação de profissionais, formação continuada, definição de padrões nacionais e apoio à permanência dos estudantes com deficiência. No que tange à educação infantil, encontramos convergência com as metas 1.a e 1.b e as estratégias 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5.

Se alinha diretamente à Meta 2.d, que trata da garantia de atendimento educacional especializado e da superação de barreiras à aprendizagem. Também converge com a Estratégia 2.12, que trata da articulação com a área da saúde, e com a Estratégia 2.10, que aponta para a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação para práticas inclusivas. A articulação intersetorial também está prevista na Estratégia 18.5, enquanto o suporte regionalizado dialoga com a Estratégia 2.14. Essa proposta amplia e aprofunda esses dispositivos, com foco na identificação precoce e segurança física dos estudantes.

Se relacionam, também, com as metas 10.a, 10.b e 10.c do PL, que tratam do enfrentamento ao analfabetismo, universalização do ensino fundamental e médio para jovens e adultos e superação das desigualdades educacionais. As estratégias 10.1, 10.3 e 10.9 reforçam a importância de políticas territorializadas e da busca ativa; já as estratégias 10.4 e 10.6 apontam para o apoio financeiro e a articulação com a educação profissional, enquanto a estratégia 10.11 reconhece a diversidade dos públicos da EJA e a necessidade de currículos contextualizados.

O foco proposto no CADÚNICO e nos públicos historicamente excluídos aprofunda o compromisso com a equidade e o direito à alfabetização como ponto de partida para cidadania plena.

A sugestão recebida sobre a criação de turmas de alfabetização para pessoas idosas aos finais de semana trouxe à escuta uma dimensão sensível e potente da luta pelo direito à educação ao longo da vida. A partir da escuta atenta às rotinas, limitações e responsabilidades cotidianas das pessoas idosas — muitas vezes cuidadoras de netos, trabalhadoras informais ou

moradoras de territórios afastados — a proposta aponta para a necessidade de flexibilizar o modelo tradicional da EJA.

Essa sugestão reafirma que aprender a ler e escrever nunca é tarde, e que o PNE precisa reconhecer o valor da escuta e da inclusão também dos mais velhos, com respeito, criatividade e compromisso com a dignidade.

A proposta apresentada pela Girl Up Caiçara encontra pontos de convergência importantes com o PL do novo Plano Nacional de Educação. Dialoga diretamente com a Meta 2.6, que propõe a ampliação da educação em sexualidade e gênero, e com a Meta 2.14, que trata da universalização da infraestrutura básica nas escolas públicas, incluindo saneamento e espaços adequados. As Estratégias 2.12 e 2.16 reforçam a necessidade de garantir a permanência escolar e promover práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade. Já as Estratégias 6.6 e 6.7 abordam a convivência saudável e a valorização da diversidade como princípios estruturantes da escola, enquanto a Estratégia 12.4 inclui a equidade de gênero como um dos pilares da formação cidadã. A proposta da Girl Up amplia essas diretrizes ao explicitar a relação entre dignidade menstrual, permanência escolar e justiça social, preenchendo lacunas ainda pouco visibilizadas na formulação do texto legal.

Lacunas Preenchidas pelas Contribuições Populares:

As contribuições populares aprofundam aspectos ainda pouco detalhados no PL, como a sobrecarga de profissionais de apoio nas salas regulares, a ausência de salas específicas de apoio pedagógico nas escolas, e a necessidade de acompanhamento pedagógico e psicológico contínuo. Também ampliam a noção de inclusão ao considerar as condições de trabalho e bem-estar dos docentes frente aos desafios da inclusão.

Relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

ODS 1 – Erradicação da pobreza: A assistência estudantil atua diretamente na superação das barreiras socioeconômicas que comprometem o acesso e permanência na escola, especialmente em territórios periféricos;

ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável: A merenda escolar de qualidade garante segurança alimentar para crianças em situação de vulnerabilidade, contribuindo para seu desenvolvimento integral;

ODS 3 – Saúde e Bem-estar: A educação inclusiva e acolhedora está fortemente ligada à promoção da saúde mental e emocional de estudantes e profissionais da educação.

ODS 4 – Educação de Qualidade: Garante educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, com ênfase na educação especial, acessibilidade, permanência e valorização da diversidade.

ODS 5 – Igualdade de gênero: Por enfrentar um dos fatores estruturais da exclusão de meninas e mulheres da educação.

ODS 6 – Água potável e saneamento: Por exigir adequação de banheiros escolares com infraestrutura digna para o manejo da menstruação.

ODS 10 – Redução das Desigualdades: Foca na inclusão de grupos historicamente marginalizados (pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento), combatendo desigualdades estruturais dentro do sistema educacional.

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: A construção de ambientes escolares seguros, participativos e livres de violência está diretamente relacionada à cultura de paz e ao fortalecimento das instituições educacionais como espaços democráticos.

Algumas reflexões:

Marco Antônio Videira e diversas pessoas ouvidas – Educação Inclusiva Estruturada: As contribuições convergem para a necessidade de estrutura adequada para o atendimento a estudantes neuroatípicos. Enfatizam o quanto um único profissional não possui condições de acompanhar cinco crianças com diferentes níveis de suporte e necessidades, além da importância de especialização destes profissionais, assim como estrutura e acolhimento nas escolas. As falas reforçam a urgência de políticas com planejamento e financiamento real para a garantir de fato a inclusão na educação.

Marília Cavalcante Durante: A contribuição de Marília toca em um tema vital para a concretização da educação inclusiva: da identificação precoce, da segurança física e do suporte qualificado aos estudantes com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento. Sua proposta combina sensibilidade e ação concreta, reconhecendo que a inclusão só se realiza quando é acompanhada de estrutura, formação e compromisso intersetorial. Ao defender protocolos, laudos acessíveis e núcleos de apoio, Marília aponta caminhos possíveis e necessários para que as escolas deixem de invisibilizar as diferenças e passem a acolhê-las como parte essencial da justiça educacional.

Luccas Durante: A proposta do jovem Luccas, elaborada durante seu mandato na Câmara Jovem de Santos, reforça a urgência de políticas públicas específicas para estudantes

com dislexia, discalculia e TDAH — transtornos muitas vezes confundidos ou invisibilizados no cotidiano escolar. A iniciativa apresentada por Luccas propõe a estruturação de um programa nacional de triagem, diagnóstico, tratamento e acompanhamento pedagógico integral, que pode fortalecer a articulação entre educação e saúde e garantir o pleno desenvolvimento desses estudantes. Ao detalhar ações práticas e estabelecer caminhos intersetoriais, a proposta converge com as metas e estratégias previstas no PL nº 2.614/2024, especialmente no que se refere ao atendimento educacional especializado e às estratégias 2.2, 2.4, 2.6 e 2.7. Trata-se de uma contribuição que valoriza o protagonismo juvenil e apresenta soluções concretas para ampliar a inclusão, reduzir desigualdades e promover uma educação pública verdadeiramente acolhedora e efetiva.

Secretaria Municipal de Mulheres do PSB São Vicente – Educação como cuidado e permanência: A contribuição coletiva propõe que o PNE reconheça a permanência escolar como um direito indissociável do cuidado, especialmente nas infâncias das periferias urbanas e zonas rurais. Ao defender a criação de um programa nacional de assistência estudantil desde a educação infantil, o grupo explicita que a evasão escolar não é um fenômeno abstrato, mas consequência direta da ausência de transporte gratuito, merenda de qualidade e materiais básicos.

A proposta se ancora na realidade de territórios como Acaraú, Paratinga e Japuí, e afirma que a escola pública só será um espaço de desenvolvimento se estiver ancorada na justiça territorial e no acolhimento concreto às condições de vida das crianças e suas famílias. A perspectiva apresentada amplia o escopo da assistência estudantil para além do ensino superior, e reforça que as políticas de permanência precisam começar desde os primeiros anos da trajetória escolar, com sensibilidade social, equidade e coragem política.

Reforçam, também, a urgência de territorializar a EJA e enfrentar o analfabetismo com acolhimento e justiça social. Ao priorizar públicos historicamente excluídos — como pessoas em situação de rua, trabalhadores informais, população indígena e encarcerados — a proposta amplia o alcance da alfabetização para além das salas de aula, reconhecendo os saberes populares e a complexidade da exclusão educacional no Brasil.

Maria do Amparo da Silva: As propostas sobre alimentação escolar se relacionam com a Meta 18.a do PL, que trata da implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ) e da infraestrutura adequada, e com as Estratégias 6.3 e 6.7, que reconhecem a importância da alimentação e de temas transversais como a saúde e sustentabilidade nos currículos. A Estratégia 18.3 também dialoga com a articulação da escola a outras políticas sociais. No

entanto, o PL não explicita diretrizes de monitoramento da qualidade nutricional da merenda escolar, nem garante ações educativas regulares de educação alimentar e nutricional nas escolas. As sugestões trazidas contribuem para fortalecer o caráter educativo e preventivo da alimentação escolar, além de propor controle social e acompanhamento técnico sobre a merenda.

As propostas convergem com a Meta 4.b (acesso e permanência) e Meta 7.a (tecnologia como direito) do PL. As Estratégias 4.5, 7.6 e 10.9 tratam de apoio a estudantes em situação de vulnerabilidade. Além disso, a Estratégia 18.1 propõe a articulação com outros programas sociais. Ainda assim, o PL não aprofunda a previsão de um programa de bolsa-transporte ou mecanismos sistemáticos para distribuição de materiais físicos e tecnológicos, o que torna as sugestões um importante reforço ao direito de aprender com dignidade e com os meios adequados. O destaque à parceria com organizações da sociedade civil e ao mapeamento da evasão também representa um diferencial inovador que fortalece o monitoramento local.

Girl Up Caiçara e Isabela Maria de Resende Cavalcante: A contribuição da Girl Up Caiçara, realizada através da Isabela, ao relatório de escuta aberta eleva a importância do combate à pobreza menstrual como fator central na garantia do direito à educação. O artigo enviado pela organização, escrito por Isabela Cavalcante e Vitor Santos, denuncia com consistência os impactos da precariedade menstrual sobre a permanência escolar, a saúde física e emocional das meninas e o aprofundamento das desigualdades sociais e raciais. A proposta de uma política pública nacional que integre distribuição gratuita de absorventes, infraestrutura digna nas escolas e educação menstrual no currículo vai ao encontro de experiências internacionais bem-sucedidas e de dados que mostram a urgência da pauta no Brasil. A escuta da Girl Up Caiçara revela que sem dignidade íntima, não há equidade educacional — e que enfrentar esse tabu é também lutar por justiça de gênero e social.

5.3 - Eixo 3 – Currículo conectado à vida real, aos territórios e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



O currículo escolar é um dos principais instrumentos para tornar significativa a experiência educativa. Por isso, uma das maiores demandas da escuta popular foi a necessidade de conectar os conteúdos ensinados à vida cotidiana dos estudantes, aos desafios reais de suas comunidades e à formação cidadã comprometida com a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Foi destacado que essa conexão deve ir além de ajustes pontuais: trata-se de uma transformação profunda na lógica curricular, que deve integrar temas contemporâneos, promover o letramento crítico e valorizar as diversas formas de saber presentes nos territórios.

As contribuições apontam para um currículo mais plural, interdisciplinar, participativo e articulado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial os ODS 3 (Saúde e bem-estar), 4 (Educação de qualidade), 5 (Igualdade de gênero), 10 (Redução das desigualdades), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), 12 (Consumo e produção responsáveis), 13 (Ação contra a mudança global do clima), 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e 17 (Parcerias e meios de implementação).

Objetivos:	
3.1	Fortalecer a integração entre o currículo escolar e a vida cotidiana dos estudantes, seus territórios e os ODS, promovendo o desenvolvimento de competências para a cidadania ativa, o bem viver e a sustentabilidade.
3.2	Promover a ampliação da educação integral como política estruturante de desenvolvimento humano, articulada aos territórios.
3.3	Ampliar o impacto social das universidades públicas por meio de programas de extensão voltados ao fortalecimento da educação básica, promovendo a cooperação entre instituições de ensino superior e escolas públicas nos territórios.

3.4	Promover a preparação integral para o mundo do trabalho a partir do currículo escolar, com estratégias que articulem educação, territórios e juventude, considerando competências técnicas, emocionais e sociais, com suporte intersetorial e protagonismo estudantil.
3.5	Reconhecer o ensino de idiomas como ferramenta de proteção cognitiva, desenvolvimento integral e direito humano à comunicação e à cultura.

Metas	
3.1.1	Inserir, nos currículos escolares, componentes e temas relacionados à educação ambiental, educação emocional, educação para os direitos humanos, cidadania, letramento digital e midiático, economia e consumo responsável, saúde mental, educação financeira e noções básicas de direito.
3.1.2	Assegurar que, até o final da vigência do PNE, 100% da rede pública conte com diretrizes curriculares que promovam a integração dos conteúdos escolares com os desafios socioambientais e econômicos dos territórios.
3.1.3	Incluir transversalmente temáticas como cultura local, educação ambiental, anticapacitismo e relações étnico-raciais, com abordagem intersetorial.
3.1.4	Assegurar, até 2034, que os sistemas de ensino incorporem flexibilidade curricular, oferta híbrida de ensino superior e ampla transparência sobre os cursos e percursos formativos disponíveis.
3.2.1	Estimular o estudo dos territórios na jornada escolar expandida como ferramenta de aprendizagem e construção da cidadania.
3.2.2	Ampliar, até 2035, para 70% o número de matrículas em escolas públicas com oferta de educação integral, com currículo ampliado, valorização da cultura local e articulação com coletivos, equipamentos públicos e organizações do território.
3.3.1	Criar, até 2028, um programa nacional de incentivo financeiro às universidades públicas que desenvolvam ações de extensão voltadas à qualificação da educação básica, priorizando instituições que atuem em parceria com redes públicas locais e em territórios de maior vulnerabilidade.
3.4.1	Promover preparação para o mundo do trabalho a partir do currículo escolar, com estratégias que articulem educação, territórios e juventude, considerando competências técnicas, emocionais e sociais, com suporte intersetorial e protagonismo estudantil.
3.5.1	Assegurar a oferta de ensino de pelo menos uma língua adicional na educação básica pública, com abordagem comunicativa e foco em desenvolvimento cognitivo, cultural e social.

Estratégias	
3.1.1.1	Garantir a formação continuada de docentes para desenvolver metodologias ativas, interdisciplinares e contextualizadas.
3.1.1.2	Criar e distribuir material didático que dialogue com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com a realidade local e com a cultura popular.
3.1.1.3	Incluir no currículo escolar temas como: educação financeira voltada para a vida prática, primeiros socorros, noções de direito, saúde mental, inteligência emocional e comunicação.
3.1.1.4	Integrar os Grêmios Estudantis ao debate sobre o currículo, valorizando a participação dos estudantes na definição de temas e abordagens relevantes.
3.1.2.1	Estímulo ao uso de indicadores socioambientais do território como ferramenta pedagógica.
3.1.3.1	Incentivos para fortalecer a presença de temas como educação ambiental, consumo consciente, mudanças climáticas e justiça social nos projetos políticos pedagógicos das escolas.
3.2.1.1	Possibilitar que os estudantes tenham oportunidades sistemáticas de conhecer e estudar os territórios onde vivem, desenvolvendo pertencimento, respeito ao patrimônio público e compreensão da história local.
3.2.2.1	Estímulo à construção de projetos político-pedagógicos que dialoguem com a cultura e os saberes locais.
3.2.2.2	Promover articulações intersetoriais entre educação, cultura, esporte, saúde e assistência social.
3.2.2.3	Incentivar o uso das escolas como espaço de vida comunitária.
3.1.4.1	Permitir que os estudantes escolham componentes optativos e eletivos conforme seus interesses e trajetórias.
3.1.4.2	Definir mecanismos claros para que a oferta de cursos superiores à distância ou híbridos se constitua com qualidade e devido acompanhamento.
3.1.4.3	Disponibilizar portais com informações claras e acessíveis sobre cursos, requisitos e inserção profissional.
3.3.1.1	Estabelecer editais federais anuais com recursos vinculados ao desenvolvimento de projetos de extensão de impacto comprovado em escolas públicas.
3.3.1.2	Estimular a atuação intersetorial e interdisciplinar dos projetos, articulando diferentes áreas do conhecimento: engenharia, arquitetura, tecnologia, pedagogia, letras, saúde, entre outras.
3.3.1.3	Estimular o intercâmbio entre licenciandos e educadores da educação básica por meio de programas integrados de desenvolvimento metodológico e pedagógico.
3.3.1.4	Criar indicadores de impacto social das ações de extensão na educação básica, com foco em inovação, infraestrutura, aprendizagem e vínculos comunitários.
3.4.1.1	Ampliar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, presenciais ou híbridos, com foco em tecnologias emergentes e demandas territoriais.
3.4.1.2	Instituir programas de mentoria vocacional com participação de educadores, profissionais de referência e lideranças locais.

3.4.1.3	Estimular visitas técnicas e vivências profissionais em empresas, organizações da sociedade civil e órgãos públicos.
3.4.1.4	Garantir o acompanhamento psicológico dos estudantes em transições escolares e escolhas profissionais, por meio de equipes multiprofissionais ou articulação com serviços de saúde e assistência social.
3.5.1.1	Garantir formação continuada de docentes de idiomas com base em evidências sobre bilinguismo e cognição ao longo da vida.
3.5.1.2	Inserir o ensino de idiomas nos currículos escolares como ferramenta de proteção à saúde cognitiva e ampliação de repertório cultural.
3.5.1.3	Fomentar programas de intercâmbio, correspondência internacional e práticas de oralidade que promovam o uso vivo da língua aprendida.

Convergência com o PL nº 2.614/2024:

A proposta de ampliar para 70% o número de matrículas em escolas públicas com oferta de educação integral, articulada ao território e à cultura local, converge diretamente com a Meta 6.a do PL, que estabelece o atendimento de pelo menos 40% dos estudantes da educação básica em jornada de tempo integral até o final da vigência do Plano.

O alinhamento se fortalece pelas Estratégias 6.1, 6.2 e 6.3, que preveem, respectivamente, a garantia de infraestrutura e recursos adequados para a ampliação da jornada; a construção de diretrizes curriculares intersetoriais com foco no desenvolvimento pleno; e o uso do tempo ampliado para integrar atividades acadêmicas, esportivas, culturais e recreativas.

A proposta também se articula com a Estratégia 6.6, ao reforçar a importância de equipamentos públicos comunitários no território como espaços de aprendizagem; e com a Estratégia 6.7, ao incorporar temas transversais como a valorização da cultura e da diversidade local na educação integral.

Relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar: integra a saúde mental e emocional aos currículos escolares, promovendo o bem-estar dos estudantes e fortalecendo vínculos com o território e a vida comunitária.

ODS 4 – Educação de Qualidade: estrutura todo o eixo ao propor uma educação significativa, contextualizada e comprometida com o desenvolvimento integral e sustentável.

ODS 5 – Igualdade de Gênero: promove a equidade nas práticas pedagógicas, a valorização da diversidade e a construção de uma cultura escolar antidiscriminatória.

ODS 10 – Redução das Desigualdades: propõe práticas curriculares e políticas de permanência que dialogam com as especificidades territoriais e realidades socioeconômicas diversas.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: reconhece os territórios como espaços de aprendizagem, fortalecendo o pertencimento e o cuidado com o patrimônio local.

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis: incentiva práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade, consumo consciente e educação ambiental crítica.

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima: insere a justiça climática e a responsabilidade socioambiental nos currículos escolares e nas ações intersetoriais.

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: valoriza a educação em direitos humanos e cidadania como eixo transversal da formação escolar.

ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação: propõe articulações entre escolas, universidades, poder público, coletivos e comunidades para fortalecer a educação integral.

Algumas reflexões:

Danielle da Silva Agostinho – Educação para a Vida: Danielle defende a inserção de conteúdos essenciais no currículo: educação financeira crítica, primeiros socorros, saúde mental, inteligência emocional, noções de direito e comunicação. Sua proposta amplia o papel da escola na formação integral e propõe que os profissionais da educação sejam formados nesses temas.

Chris Ritchie – Projeto Conjugiar: Cultura e Educação: Chris propõe a criação de um projeto de política pública que integre autores, artistas e educadores às escolas, com presença contínua e mediação pedagógica de conteúdos literários e culturais. A ideia é fortalecer a leitura, a criatividade e a formação cidadã a partir da valorização dos territórios e da produção cultural local.

Secretaria Municipal de Mulheres de São Vicente: Educação integral articulada com o território: Ao defender uma educação integral que se articula com coletivos, organizações e equipamentos públicos, a proposta valoriza o território como espaço pedagógico. A perspectiva trazida propõe uma escola aberta, viva e comunitária — enraizada na realidade dos estudantes e capaz de construir uma aprendizagem significativa, conectada à cultura e ao bem viver local.

Vick Santana – Educação Ambiental Crítica: Vick defende que a educação ambiental seja transversal, crítica e enraizada no território, com projetos escolares que abordem agroecologia, sustentabilidade, clima e justiça ambiental. A proposta inclui a formação de professores e o envolvimento de movimentos sociais e saberes tradicionais.

Fábio Tatsubo – Currículo Integrado aos ODS: Fábio propõe que os ODS sejam incorporados de forma prática e crítica ao currículo escolar. A proposta inclui formação docente, materiais didáticos temáticos, leitura de indicadores e estímulo a projetos escolares voltados ao desenvolvimento sustentável e à cidadania global.

Lídia Santos Mota Miyazaki: Traz uma potente reflexão sobre a necessidade de conectar o currículo à realidade dos territórios e à vida dos estudantes. Ao defender que o tempo de permanência na escola seja utilizado para fortalecer o pertencimento e o conhecimento do território em que os alunos estão inseridos (estratégia 6.3 do PL), ela reforça que o currículo deve dialogar com a cultura local, o patrimônio histórico e os desafios sociais e ambientais que cercam a comunidade escolar.

Em sua proposta de valorização da cultura territorial (estratégia 6.7 do PL), Lídia também aponta para a urgência de uma abordagem intersetorial, capaz de articular educação, cultura, meio ambiente e direitos humanos como pilares de uma educação integral. O reconhecimento dos territórios como espaços educativos contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e a transformação de suas realidades.

As sugestões de flexibilização curricular, oferta de cursos híbridos no ensino superior e disponibilização de informações sobre os cursos convergem com as Metas 12.c e 13.a do PL, que tratam da reorganização dos currículos e da diversificação das formas de oferta. Elas também se relacionam às Estratégias 13.1, 13.3 e 13.7, que abordam a ampliação de oportunidades formativas e o uso de novas tecnologias na educação.

A proposta de personalização do currículo e acesso a informações claras pelos estudantes expande o que está previsto no PL, ao enfatizar a autonomia estudantil e a necessidade de transparência ativa nos processos de orientação educacional. Com isso, essas sugestões preenchem lacunas ligadas à escuta dos jovens e à personalização das trajetórias escolares, especialmente no ensino médio e superior.

Julianna Laffront: Me formei na graduação e no mestrado em universidade pública (UNIFESP) e também cursei um MBA em universidade pública (USP). Por isso, sei — com base na minha própria trajetória — o enorme potencial que o ensino superior público tem para

Julianna Laffront | Articuladora e redatora
(13) 98824-9096 | julianalaffront@hotmail.com

contribuir com a qualificação da educação básica em nosso país. As universidades públicas atuam com base no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão e, especialmente por meio da Extensão, podem (e devem) gerar impacto direto nas comunidades onde estão inseridas.

Minha proposta é que o novo PNE institua um programa nacional de incentivo, com repasses de recursos, para universidades públicas que desenvolvam projetos de extensão voltados ao fortalecimento das escolas públicas. Essa estratégia pode se dar de diferentes formas: com cursos de arquitetura e engenharia apoiando melhorias estruturais, cursos de tecnologia promovendo soluções inovadoras ou com licenciaturas colaborando com formações e práticas pedagógicas junto às redes de ensino. É uma forma concreta de promover o diálogo entre saberes, integrar os diferentes níveis da educação pública e fortalecer o vínculo entre universidade, escola e território. Além de fortalecer espaços para que os universitários se desenvolvam enquanto profissionais mais preparados para atuar na realidade concreta, assim como a valorização da ciência enquanto espaço de construção de soluções reais para problemas públicos.

Multiplicadores de Gestão Pública – MXGP 1.0: A proposta apresentada por integrantes do projeto Multiplicadores de Gestão Pública reforça a importância de uma educação conectada ao presente e ao futuro das juventudes brasileiras. A ideia de aproximar escola e mundo do trabalho, com oferta de cursos técnicos voltados à tecnologia, mentorias vocacionais e visitas técnicas, propõe caminhos concretos para garantir sentido ao percurso escolar.

Ao sugerirem também acompanhamento psicológico, os multiplicadores reafirmam que essa preparação profissional deve estar integrada à saúde emocional e ao acolhimento das trajetórias individuais. Trata-se de uma proposta potente que fortalece o papel da escola como espaço de construção de projetos de vida e de superação das desigualdades, especialmente nos territórios com menos oportunidades.

Ana Maria Santos da Silva: amplia a compreensão sobre o papel do currículo escolar ao propor que o ensino de idiomas vá além da preparação para o mercado de trabalho, sendo reconhecido como fator de proteção cognitiva ao longo da vida. Sua contribuição articula educação, saúde preventiva e bem viver, indicando que o conhecimento linguístico pode ser também um recurso de cuidado e pertencimento. Com isso, reitera o valor de uma escola que conecta o conteúdo escolar à complexidade da vida humana.

5.4 - Eixo 4 – Democratização da gestão e participação cidadã



A democratização da gestão educacional e o fortalecimento da participação cidadã foram temas expressivos nesta escuta aberta. As contribuições reforçaram a importância de que a comunidade escolar — estudantes, famílias, profissionais da educação e sociedade civil — seja parte ativa nos processos decisórios, no planejamento pedagógico e na avaliação das políticas públicas. A escuta também destacou a necessidade de fortalecer instrumentos já previstos, como conselhos escolares, grêmios estudantis e fóruns de educação, promovendo não apenas sua existência formal, mas seu funcionamento efetivo e representativo. A vivência democrática na escola é apontada como central para a formação cidadã, para a promoção da equidade e para a construção de políticas mais justas e eficientes.

Objetivos	
4.1	Garantir o fortalecimento da gestão democrática nas escolas e a participação cidadã nos processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas educacionais.
4.2	Fortalecer a escuta ativa e o monitoramento social da política educacional por meio de ferramentas digitais acessíveis e da valorização da comunidade escolar como sujeito ativo na gestão democrática da educação.
4.3	Promover o protagonismo estudantil e comunitário por meio da criação e fortalecimento de instâncias participativas nas escolas públicas, como conselhos estudantis, orçamento participativo e assembleias escolares, com mecanismos de escuta ativa, transparência e acompanhamento de resultados.

Metas	
4.1.1	Assegurar a efetiva atuação de conselhos escolares, grêmios estudantis e outras instâncias de participação em 100% das escolas públicas até o final da vigência do PNE.
4.1.2	Garantir que 100% das escolas públicas de ensino fundamental II e ensino médio tenham grêmios estudantis em funcionamento dentro de 10 anos, com destinação de recursos financeiros para escolas que instituírem grêmios ainda nos primeiros 5 anos.

Escuta aberta: contribuições da Baixada Santista à Comissão Especial
do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados

4.1.3	Destinar parte do orçamento escolar para participação dos grêmios estudantis (enquanto orçamento participativo) na tomada de decisão quanto à aplicação de recursos.
4.1.4	Garantir processos democráticos de escolha de diretores escolares em toda a rede pública de ensino.
4.1.5	Ampliar a participação dos estudantes e da comunidade escolar em espaços de formação política e cidadã.
4.2.1	Criar e implementar, até o terceiro ano de vigência do PNE, uma plataforma digital pública nacional de acompanhamento, escuta e produção cidadã voltada ao Plano Nacional de Educação.
4.2.2	Incluir toda a comunidade escolar nas práticas pedagógicas de leitura e cultura como ferramenta de desenvolvimento integral.
4.3.1	Implantar, até 2030, conselhos estudantis escolares em 100% das escolas públicas de ensino fundamental II e ensino médio, com estrutura participativa, regimento próprio e reconhecimento oficial.
4.3.2	Implementar, até 2032, o Orçamento Participativo Jovem em ao menos 70% das redes públicas de ensino médio, assegurando que os estudantes participem da decisão sobre a destinação de parte do orçamento escolar.
4.3.3	Estabelecer a realização de assembleias escolares mensais em, no mínimo, 80% das escolas públicas, como espaço de escuta ativa e deliberação comunitária.
4.3.4	Criar, até 2029, um conjunto de indicadores nacionais sobre a efetividade da participação estudantil e comunitária na gestão escolar, com acompanhamento público dos resultados.
4.3.5	Assegurar, até 2028, que pelo menos 70% das redes públicas ofertem formação continuada em gestão democrática, escuta ativa e participação cidadã para os profissionais da educação.

Estratégias	
4.1.1.1	Criar mecanismos de escuta ativa e periódica das comunidades escolares sobre temas curriculares, gestão e ambiente escolar, com retorno público das contribuições.
4.1.2.1	Promover formações para conselhos escolares e grêmios estudantis, fortalecendo sua autonomia e capacidade de intervenção.
4.1.2.2	Estabelecer fluxos entre os conselhos municipais de juventude e os grêmios estudantis, com foco em formação política e cidadã.
4.1.3.1	Estabelecer diretrizes para a alocação de recursos geridos pelos grêmios estudantis como ferramenta pedagógica de cidadania.
4.1.4.1	Estabelecer normativas que garantam a consulta à comunidade escolar nos processos de indicação e eleição de diretores(as) escolares.
4.1.5.1	Assegurar infraestrutura e apoio técnico para o funcionamento dos conselhos escolares e fóruns municipais.

4.2.1.1	Desenvolver plataforma digital com painel de metas, ouvidoria, biblioteca popular, vídeos informativos e área de relatórios preenchidos por entes federados.
4.2.1.2	Estimular coprodução de conteúdos com professores, estudantes, universidades públicas e organizações locais, e o compartilhamento de boas práticas escolares.
4.2.1.3	Garantir acessibilidade da plataforma em Libras, audiodescrição e linguagem simples.
4.2.1.4	Vincular a plataforma às instâncias de controle social já existentes, promovendo sua articulação digital.
4.2.1.5	Realizar projetos-piloto em regiões com menor índice de participação cidadã no planejamento educacional.
4.2.1.6	Garantir parcerias intersetoriais e financiamento público transparente para manutenção e atualização da ferramenta.
4.2.2.1	Fortalecer a participação da comunidade escolar nas práticas de leitura e atividades criadoras, conectando a escola ao seu entorno.
4.3.1.1	Estabelecer parâmetros nacionais para a criação e funcionamento dos conselhos estudantis, com foco em diversidade, representatividade e autonomia de decisão.
4.3.2.1	Incluir o Orçamento Participativo Jovem como instrumento pedagógico e administrativo nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica.
4.3.2.2	Vincular a participação orçamentária estudantil a processos de formação política e pedagógica nas escolas públicas.
4.3.3.1	Criar kits pedagógicos e materiais formativos para apoiar a realização das assembleias escolares participativas mensais.
4.3.3.2	Garantir apoio técnico e administrativo às equipes gestoras para implementação das assembleias como espaço permanente de diálogo.
4.3.4.1	Incluir, nos sistemas de avaliação educacional, indicadores de gestão democrática, escuta qualificada e participação cidadã.
4.3.5.1	Estabelecer parcerias com universidades públicas e movimentos sociais para a formação continuada dos profissionais da educação em temáticas ligadas à cidadania e participação.
4.3.5.2	Criar certificações e incentivos para escolas e redes que mantiverem alto índice de engajamento estudantil nos processos decisórios.

Diálogo com o PL nº 2.614/2024:

Esta proposta dialoga diretamente com o Objetivo 17 do PL do novo PNE, que trata da 'Participação Social e Gestão Democrática'. As metas 17.a, 17.b e 17.c — sobre seleção democrática de diretores, funcionamento de conselhos escolares e institucionalização de fóruns

— são especialmente relevantes neste eixo, bem como as estratégias 17.1 a 17.9 que preveem mecanismos, formação e articulação entre instâncias de participação.

Essa proposta também se conecta fortemente com o Objetivo 7 do PNE (Educação Digital e Cidadania), principalmente com as estratégias 7.6, 7.7 e 7.8, ao promover competências de cidadania digital, uso crítico das TICs e produção colaborativa de conhecimento educacional.

Relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- ODS 4: Educação de Qualidade – especialmente a meta 4.7, que trata da educação para a cidadania global e para a valorização da diversidade cultural;

- ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes – especialmente as metas 16.6 e 16.7, que tratam de instituições transparentes e participativas.

Algumas reflexões:

Raphael Rabelo da Silva – Plataforma de Participação Digital: Raphael propõe a criação de uma Plataforma Nacional de Participação e Monitoramento do PNE, com cinco componentes interativos: Painel de Metas, Ouvidoria da Comunidade Escolar, Biblioteca Popular de Educação, vídeos educativos e boletins locais. A proposta fortalece a gestão democrática e promove a cultura de dados acessíveis e controle social da educação. Se destaca por articular de forma inovadora três dimensões fundamentais do novo PNE: a transparência das metas, a acessibilidade dos dados e a participação cidadã na formulação e acompanhamento das políticas educacionais.

Ao propor uma plataforma pública e interativa, que integra visualização de indicadores, ouvidoria escolar e produção de conhecimento popular, a iniciativa contribui diretamente para o fortalecimento da gestão democrática e da cidadania digital. Trata-se de uma proposta que responde às lacunas históricas de comunicação entre o poder público e a comunidade escolar, ao mesmo tempo em que fomenta o engajamento social e territorializado na educação e aproxima o PNE das pessoas, tornando-o mais tangível.

Sua implementação teria o potencial de mobilizar escolas, conselhos, coletivos e famílias em torno de um processo contínuo de avaliação e construção coletiva da política educacional — o que torna essa sugestão especialmente relevante e estratégica dentro do novo ciclo do PNE.

Danielle da Silva Agostinho: Reflete sobre a inclusão de noções de direito, comunicação e formação cidadã no currículo escolar — tanto para estudantes quanto para profissionais da educação. Ao incluir formação cidadã no currículo e na formação dos profissionais, contribui para consolidar uma cultura de participação democrática nas escolas e comunidades.

Lídia Santos Mota Miyazaki: Enfatiza a importância da ampliação das práticas de participação da comunidade escolar como vetor de democratização da educação. Ao propor que as atividades de leitura e criação envolvam não apenas professores e estudantes, mas também famílias e demais atores da comunidade, Lídia nos convida a ressignificar o papel da escola como espaço vivo de convivência, cultura e afetos. Sua proposta vai além do cumprimento da legislação: trata-se de construir vínculos potentes que humanizem os processos de ensino e aprendizagem, fortalecendo a corresponsabilidade coletiva na formação das novas gerações.

A participação cotidiana da comunidade escolar contribui não apenas para a aprendizagem, mas também para o desenvolvimento integral dos estudantes, alinhando-se aos princípios da gestão democrática e ao direito à educação como prática social transformadora.

Julianna Laffront: Contribuí especialmente com as sugestões relacionadas aos grêmios estudantis, por acreditar — a partir da minha própria vivência — no poder transformador que esse espaço tem na vida escolar. O grêmio estudantil é um instrumento fundamental para o exercício da cidadania de forma orgânica, cotidiana e potente. Ele promove o protagonismo infantil e juvenil e fortalece a gestão democrática nas escolas, criando pontes entre a comunidade estudantil, os educadores e a construção coletiva da educação pública.

Multiplicadores de Gestão Pública – MXGP 1.0: A proposta apresentada por participantes do Projeto Multiplicadores de Gestão Pública aprofunda de maneira qualificada a pauta da gestão democrática e da participação cidadã nas escolas públicas brasileiras. Ao detalhar a criação de conselhos estudantis escolares, a implementação do Orçamento Participativo Jovem, a institucionalização de assembleias escolares mensais e a construção de indicadores de efetividade da participação, a contribuição vai além da formalidade e propõe um ecossistema real e monitorável de protagonismo estudantil.

As ideias também trazem inovações metodológicas que valorizam a escuta, a cidadania ativa e a corresponsabilização dos sujeitos na construção da política educacional. Essas proposições convergem com o PL do novo PNE, especialmente com a Meta 16.f e as estratégias 16.2, 16.5 e 16.8, que tratam do fortalecimento da gestão democrática e da participação da comunidade escolar. Ao incorporar metas mensuráveis, formação qualificada e

instrumentos institucionais de participação, os Multiplicadores contribuem de forma sensível e técnica para o aprimoramento do plano, consolidando a escola como espaço de escuta, poder coletivo e transformação social.

5.5 - Eixo 5 – Avaliação humanizada e aprendizagem com dignidade



A forma como se avalia a aprendizagem dos estudantes influencia diretamente seu desenvolvimento, autoestima, permanência escolar e compreensão do próprio processo de aprendizado. Na escuta aberta realizada na Baixada Santista, diversas vozes apontaram para a urgência de uma avaliação mais humana, que vá além das provas tradicionais, respeite os diferentes contextos e valorize os múltiplos saberes dos alunos. Este eixo expressa o desejo de construir mecanismos de avaliação alinhados à dignidade, à inclusão e à diversidade das trajetórias escolares.

Objetivos	
5.1	Promover a transformação dos sistemas de avaliação na educação, assegurando práticas formativas, inclusivas, contextualizadas e respeitosas à diversidade, de modo a fortalecer o aprendizado significativo e contribuir para a permanência escolar com dignidade.
5.2	Reorientar os processos formativos e avaliativos escolares, valorizando o autoconhecimento, os vínculos humanos e o desenvolvimento integral como pilares da aprendizagem com sentido.
5.3	Assegurar que o tempo e os processos escolares respeitem os ritmos biológicos, emocionais e cognitivos dos estudantes, promovendo bem-estar e aprendizagem com dignidade.

Metas	
5.1.1	Ampliar e qualificar o uso de avaliações formativas e diagnósticas, substituindo a lógica punitiva por processos pedagógicos que valorizem o percurso de aprendizagem

	dos estudantes, propondo formas mais dialógicas e criativas de aferição de conhecimento.
5.2.1	Reestruturar o componente “Projeto de Vida” previsto na BNCC, garantindo que seu foco principal seja o autoconhecimento, a construção de propósito e a visão de futuro dos estudantes.
5.2.2	Institucionalizar rodas de escuta e projetos de convivência escolar como estratégias permanentes de pertencimento, prevenção à evasão e promoção de bem-estar.
5.2.3	Incluir nas diretrizes curriculares nacionais a formação básica de educadores em triagem emocional, escuta ativa e encaminhamento para a rede intersetorial de proteção social.
5.2.4	Promover práticas de avaliação vivencial e formativa — como portfólios, autoavaliação e projetos — articuladas com indicadores qualitativos de vínculo, expressão e participação.
5.3.1	Recomendar que o horário de início das aulas no ensino médio das redes públicas seja, preferencialmente, a partir das 9h, respeitando o ciclo circadiano dos adolescentes.

Estratégias:	
5.1.1.1	Incentivar à formação continuada de professores para práticas avaliativas diversificadas.
5.1.1.2	Implementar políticas de escuta dos estudantes sobre os impactos emocionais da avaliação.
5.1.1.3	Integrar as avaliações diagnósticas com planos individualizados de apoio pedagógico.
5.1.1.4	Reduzir o intervalo de divulgação dos resultados educacionais e indicadores de aprendizagem, assegurando o acesso a dados contextualizados que permitam a tomada de decisões pedagógicas em tempo hábil.
5.1.1.5	Revisar o calendário de publicação de resultados do SAEB e outros instrumentos.
5.1.1.6	Incluir painéis interativos e regionais com os resultados; promover ações formativas com equipes escolares para apropriação crítica dos dados educacionais.
5.1.1.7	Incorporar a educação emocional e a saúde mental como dimensões fundamentais para o aprendizado, criando práticas de avaliação que levem em conta o bem-estar e o desenvolvimento integral dos alunos.
5.1.1.8	Elaborar materiais pedagógicos e metodologias que articulem competências socioemocionais.
5.1.1.9	Formar educadores para mediação sensível de conflitos e escuta ativa no processo de avaliação.
5.1.1.10	Valorizar o uso de portfólios e autoavaliações em diferentes etapas escolares.
5.1.1.11	Criar mecanismos de participação da comunidade escolar no acompanhamento e reflexão sobre os resultados avaliativos.

5.1.1.12	Incluir relatórios simplificados e acessíveis para famílias e estudantes.
5.1.1.13	Estimular rodas de conversa nas escolas sobre resultados educacionais e caminhos pedagógicos.
5.1.1.14	Usar os dados como ferramentas de escuta e corresponsabilização, e não como rótulo ou exclusão.
5.2.1.1	Revisar o componente “Projeto de Vida” em currículos municipais e estaduais, com enfoque em experiências subjetivas e metodologias de desenvolvimento pessoal, não apenas planejamento de carreira.
5.2.1.2	Incluir diretrizes nacionais para metodologias que promovam reflexão, autoconhecimento e protagonismo estudantil.
5.2.2.1	incluir instrumentos como rodas de conversa, escuta ativa e projetos de convivência escolar nos Planos Políticos Pedagógicos (PPPs) de forma estruturada e contínua.
5.2.2.2	Promover formações para educadores sobre mediação de conflitos, empatia e cultura de paz como práticas pedagógicas.
5.2.3.1	Realizar parcerias entre redes de ensino, universidades e plataformas educacionais para incluir competências socioemocionais, escuta ativa e liderança empática nas formações iniciais e continuadas.
5.2.3.2	Garantir que planos municipais e estaduais de educação prevejam ações estruturadas de saúde mental escolar com atuação em rede (UBSs, CAPS, CRAS).
5.2.4.1	Criar diretrizes para uma avaliação mais sensível e humana, com foco na transformação social, no bem-estar emocional e na autoria do estudante.
5.2.4.2	Complementar os indicadores quantitativos com práticas como portfólios, autoavaliações e projetos, reconhecendo o percurso de aprendizagem.
5.3.1.1	Realizar estudos técnicos com base em evidências das neurociências sobre sono, hormônios e atenção na adolescência.
5.3.1.2	Ofertar formações para redes de ensino sobre reorganização de tempos escolares com base em bem-estar e desempenho.
5.3.1.3	Estimular projetos-piloto em redes estaduais e municipais com acompanhamento dos impactos no rendimento e saúde dos estudantes.

Relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar: ao incluir saúde mental e bem-estar como componentes essenciais do processo educativo.

ODS 4 – Educação de Qualidade: amplia a noção de qualidade para além do desempenho acadêmico, incluindo bem-estar, propósito e vínculos humanos.

ODS 10 – Redução das Desigualdades: reconhece diferentes trajetórias e ritmos de aprendizagem, promovendo avaliação justa e emancipadora.

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: fortalece a cultura de paz, escuta e convivência democrática na escola.

ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação: articula redes de ensino, universidades, saúde e assistência para construir soluções intersetoriais de impacto.

Algumas reflexões:

Jocemar Alvez, Lídia Santos, Danielle Agostiho e Vick Santana: As sugestões reunidas neste eixo expressam uma inquietação comum de quem vive a escola por dentro e reconhece que avaliar é mais do que medir: é cuidar, acompanhar e apoiar processos de aprendizagem. Jocemar Alves, por exemplo, trouxe à tona o incômodo com as avaliações padronizadas que geram ansiedade e desconsideram a diversidade das salas de aula. Lídia Santos Mota Miyazaki propôs a escuta ativa dos profissionais da alfabetização, questionando a aplicação de critérios genéricos como “bom desempenho”. Danielle Agostinho apontou a importância de incluir noções de saúde mental e inteligência emocional na formação de estudantes e professores, enquanto Vick Santana reforçou a urgência de repensar os métodos de avaliação para além das provas tradicionais. Esses apontamentos convergem para uma educação mais sensível, que respeite os tempos e singularidades de cada sujeito, fortalecendo o vínculo entre avaliação e dignidade.

Ana Maria Santos da Silva: propõe que o horário de início das aulas no ensino médio considere os ritmos biológicos dos adolescentes. Baseada em evidências das neurociências, sua sugestão reforça a importância de respeitar o tempo do corpo e do cérebro como parte do processo de aprendizagem. Ao fazer isso, contribui com a construção de um modelo de escola que valoriza o bem-estar, a saúde e a dignidade no cotidiano escolar.

Juliana Goes: mentora em liderança emocional, escritora e especialista em neurociência, compartilhou uma proposta ousada e sensível. Sua contribuição aponta caminhos viáveis e concretos para integrar saúde mental, autoconhecimento e projeto de vida como eixos estruturantes do processo educativo. A partir de sua vivência e prática com formação humana, ela propõe uma educação com alma, que não se limite ao que é mensurável, mas que também acolha o que é essencial: o pertencimento, o cuidado e o desenvolvimento integral dos sujeitos. Sua proposta soma inovação com responsabilidade e nos convida, como escreveu, a preparar o céu, mesmo enquanto ainda reformamos o chão.

5.6 - Eixo 6 – Proteção e cuidado no ambiente escolar



A escola deve ser, acima de tudo, um espaço seguro, acolhedor e propício ao desenvolvimento humano. A escuta na Baixada Santista evidenciou o quanto a dimensão do cuidado – físico, emocional, relacional e ético – precisa ser central na elaboração do novo Plano Nacional de Educação.

As contribuições demonstraram preocupação com o bem-estar integral de estudantes e trabalhadores da educação, abordando temas como saúde mental, primeiros socorros, acolhimento e enfrentamento às violências.

Objetivos	
6.1	Assegurar que o ambiente escolar seja um espaço seguro, acolhedor e promotor da saúde integral dos estudantes e profissionais da educação.
6.2	Fortalecer as condições de cuidado, proteção e bem-estar no ambiente escolar para garantir permanência e conclusão do ensino médio.
6.3	Assegurar a prática sistemática de atividades físicas no cotidiano escolar como dimensão do cuidado, da saúde e do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, garantindo duas aulas práticas semanais de Educação Física em todas as etapas da educação básica.
6.4	Promover uma cultura escolar inclusiva, antidiscriminatória e comprometida com os direitos humanos, por meio de ações formativas, escuta ativa e mecanismos de prevenção e responsabilização frente a atitudes preconceituosas.

Metas	
6.1.1	Ampliar as políticas de promoção da saúde mental e emocional no ambiente escolar, alcançando 100% das escolas públicas com ações regulares até o final do decênio.
6.1.2	Garantir formação continuada sobre temas como saúde mental, primeiros socorros, acolhimento e prevenção da violência para pelo menos 80% dos profissionais da educação.
6.1.3	Instituir protocolos obrigatórios de acolhimento e encaminhamento em casos de violência, autolesão, negligência e violações de direitos nas escolas públicas.

6.1.4	Estabelecer, até 2030, políticas nacionais de prevenção ao bullying, com protocolos obrigatórios nas escolas, canais seguros de denúncia e formação continuada das equipes escolares.
6.1.5	Promover, em âmbito nacional, o debate público e intersetorial sobre o uso de tecnologias de monitoramento (como câmeras) no ambiente escolar, com foco na proteção de estudantes e na prevenção de violências, assegurando o respeito aos direitos das crianças e adolescentes, à ética do cuidado e à legislação de proteção de dados pessoais.
6.2.1	Instituir, até 2028, um programa nacional de promoção da saúde mental e bem-estar nas escolas públicas, com equipes multiprofissionais, formação contínua para educadores e protocolos de prevenção ao adoecimento mental e à violência.
6.2.2	Garantir que, até 2030, todos os estudantes do ensino médio em situação de vulnerabilidade social tenham sua matrícula vinculada a políticas públicas de proteção social e programas de transferência de renda, articulando essas ações à oferta de experiências formativas para o mundo do trabalho, com reserva de pelo menos 30% das vagas de aprendizagem profissional nos municípios para jovens matriculados na rede pública.
6.2.3	Promover, até 2030, políticas estruturantes de permanência escolar com apoio psicológico, reforço pedagógico, bolsas de estudo e integração comunitária para estudantes da educação básica e ensino superior.
6.3.1	Instituir, até 2028, a obrigatoriedade de pelo menos duas aulas práticas de Educação Física semanais em todas as escolas de educação básica, resguardando a finalidade formativa, corporal e relacional da disciplina.
6.4.1	Implantar, até 2030, em 100% das redes públicas estaduais e municipais, programas permanentes de educação para a diversidade e enfrentamento às discriminações, com formação continuada das equipes escolares e atividades regulares de escuta e sensibilização com estudantes, visando à redução de casos de preconceito e discriminação no ambiente escolar.

Estratégias	
6.1.1.1	Articular políticas intersetoriais com saúde, assistência social e segurança pública para cuidado integral nas escolas.
6.1.2.1	Implementar programas de formação permanente em saúde mental, primeiros socorros, relações interpessoais e escuta qualificada.
6.1.3.1	Estabelecer equipes multidisciplinares de suporte à comunidade escolar, com psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais.
6.1.4.1	Criar canais de denúncia acessíveis, anônimos e eficazes para bullying, com sistematização de acompanhamento.
6.1.4.2	Oferecer formação permanente às equipes escolares para acolhimento e encaminhamento de casos de bullying.
6.1.4.3	Promover campanhas educativas e projetos sobre empatia, respeito e diversidade.

6.1.5.1	Promover o debate público qualificado sobre a adoção de tecnologias de monitoramento nas escolas, como câmeras de segurança, considerando aspectos de proteção, privacidade, escuta de estudantes e princípios dos direitos humanos. Estimular a criação de protocolos locais com participação das comunidades escolares.
6.2.1.1	Criar equipes multiprofissionais para atuação direta nas escolas.
6.2.1.2	Estabelecer políticas permanentes de prevenção ao sofrimento psíquico e à violência.
6.2.2.1	Estímulo a programas de aprendizagem profissional vinculados às redes públicas de ensino.
6.2.2.2	Fortalecer a integração de políticas educacionais às de assistência social e saúde.
6.2.3.1	Instituir programas de tutoria e mentoria com apoio de professores ou colegas mais experientes.
6.2.3.2	Ampliar a oferta de aulas de reforço escolar nas áreas de maior demanda.
6.2.3.3	Promover atividades extracurriculares para integração social e desenvolvimento de vínculos afetivos.
6.3.1.1	Regulamentar nacionalmente o mínimo de duas aulas práticas semanais de Educação Física.
6.3.1.2	Garantir infraestrutura adequada (quadras, pátios, materiais) para as aulas de Educação Física.
6.3.1.3	Formar e valorizar docentes da área com metodologias diversificadas.
6.3.1.4	Monitorar impactos da ampliação da carga prática da Educação Física sobre indicadores de saúde e aprendizagem
6.4.1.1	Realizar palestras e rodas de conversa nas escolas públicas, com mediação de profissionais da saúde mental, educadores e pessoas com trajetória de enfrentamento à discriminação, abordando temas como racismo, capacitismo, LGBTfobia e violência de gênero.
6.4.1.2	Criar protocolos de escuta ativa e acolhimento para situações de discriminação, com acompanhamento pedagógico e psicológico.
6.4.1.3	Implantar sistemas de monitoramento e denúncia sobre preconceito no ambiente escolar, com canais acessíveis, seguros e mecanismos de responsabilização pedagógica.
6.4.1.4	Selecionar, até 2026, escolas com maior incidência de casos discriminatórios para implementação de projetos-piloto de transformação da cultura escolar, com metas de impacto mensurável — como redução de 15% nos relatos de discriminação em até 5 anos.

Convergência com o PL:

A meta que propõe a promoção da saúde mental nas escolas públicas, a inserção de equipes multiprofissionais, a formação continuada de educadores e a articulação com políticas de assistência social e aprendizagem profissional encontra ampla convergência com o PL do novo PNE. Dialoga com a Meta 4.d, que busca garantir a conclusão do ensino médio na idade adequada, e com a Meta 5.e, que visa à redução das desigualdades de aprendizagem no ensino médio, reconhecendo os impactos do sofrimento psíquico e da vulnerabilidade social sobre a trajetória escolar. Também se alinha às Estratégias 4.3 e 4.6, que tratam da ampliação da jornada escolar e do acompanhamento individualizado dos estudantes, bem como à Estratégia 4.8, que propõe apoio financeiro como política de permanência.

O incentivo à experiência profissional está previsto na Estratégia 6.4, enquanto o fortalecimento das equipes escolares por meio de profissionais como psicólogos e assistentes sociais é abordado na Estratégia 9.4. Por fim, a Estratégia 16.15 trata diretamente da promoção da saúde física, mental e emocional dos profissionais da educação, o que complementa a proposta de uma escola que cuida e forma integralmente.

O debate sobre a educação física se relaciona principalmente com a Meta 6.a do PL, que trata da expansão da educação integral com foco no desenvolvimento pleno dos estudantes, incluindo atividades físicas, culturais e recreativas como parte essencial da jornada escolar. Também se articula à Estratégia 6.3, que prevê o uso da jornada ampliada para o desenvolvimento integral, e à Estratégia 6.7, que incorpora temas transversais como saúde, relações étnico-raciais e diversidade.

A ampliação das práticas corporais obrigatórias também reforça os princípios previstos no Objetivo 2, que assegura acesso universal à educação básica de qualidade com ênfase na formação integral.

A proposta do objetivo 6.4 dialoga diretamente com a estratégia 6.7 do PL, que trata da inclusão de temas como direitos humanos, educação antirracista e relações étnico-raciais nos currículos de educação integral e com as metas 12.a e 12.d, que abordam cultura de paz, equidade e segurança no ambiente escolar.

Relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

ODS 3 – Saúde e bem-estar: A criação de políticas estruturadas para a saúde mental no ambiente escolar impacta diretamente no bem-estar e prevenção ao adoecimento de adolescentes;

ODS 4 – Educação de qualidade: Permanecer e concluir o ensino médio com dignidade exige acolhimento, escuta e estruturas que cuidem da integralidade do estudante;

ODS 5 - A promoção de uma cultura escolar antidiscriminatória contribui diretamente para a superação das desigualdades de gênero, enfrentando estigmas e violências que afetam, sobretudo, meninas, mulheres e pessoas LGBTQIA+ no ambiente educacional;

ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico: A integração com programas de aprendizagem profissional protege adolescentes do trabalho precoce e contribui para inserção qualificada no mundo do trabalho;

ODS 10 – Redução das desigualdades: Porque garante o acesso de estudantes das periferias e regiões vulneráveis à atividade física regular, muitas vezes inacessível fora da escola;

ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes: fortalecimento de práticas escolares de justiça restaurativa e proteção de direitos.

Algumas reflexões:

Danielle da Silva Agostinho: destacou de forma abrangente a necessidade de uma formação cidadã integral, incluindo saúde mental, primeiros socorros, educação emocional, noções de direito e comunicação. Sua proposta também reforça que essa formação deve alcançar toda a comunidade escolar, não apenas os alunos. A escuta acolheu essa perspectiva como um chamado importante à construção de uma escola mais humana e preparada para lidar com as complexidades da vida real.

Marcos C. Souza: reafirma a centralidade da Educação Física como direito de todos os estudantes, especialmente aqueles que não têm acesso à prática de atividades físicas fora da escola. Em um contexto de crescente sedentarismo, insegurança nas ruas e medicalização precoce da infância, garantir duas aulas práticas semanais de Educação Física é investir não só na saúde, mas na dignidade e no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Sua contribuição resgata o papel formador da Educação Física e o compromisso com uma escola que também cuida do corpo como parte da inteligência, da convivência e da autonomia.

Secretaria Municipal de Mulheres do PSB São Vicente: A contribuição coletiva reforça o entendimento de que o cuidado no ambiente escolar precisa ser transversal e intersetorial. Suas propostas conectam saúde mental, proteção social e aprendizagem como dimensões indissociáveis da permanência escolar.

Juliana Laffront | Articuladora e redatora
(13) 98824-9096 | julianalaffront@hotmail.com

Ao destacar a importância da atuação de equipes multiprofissionais nas escolas — como psicólogos, assistentes sociais e orientadores educacionais —, o grupo evidencia a urgência de fortalecer o acolhimento e enfrentar os fatores que provocam o abandono e o sofrimento psíquico dos estudantes. Além disso, ao propor a articulação da matrícula escolar com políticas de transferência de renda e experiências formativas, apontam caminhos concretos para interromper o ciclo da evasão provocada pela pobreza, reafirmando que garantir educação de qualidade é também garantir dignidade e segurança social.

Maria do Amparo: percorreu com sensibilidade e profundidade múltiplas dimensões da vida escolar: do bullying às merendas, do transporte à saúde mental, da evasão à inclusão digital. Suas propostas apontam para uma escola que cuida, acolhe, protege, alimenta e ensina — com estrutura, com afeto e com justiça. Ao pensar na tutoria, nos programas de integração, nas bibliotecas digitais e na escuta de estudantes e ex-estudantes, Maria nos lembra que construir um novo Plano Nacional de Educação é também olhar para dentro das escolas com coragem e ternura, reconhecendo que nenhum direito se realiza plenamente sem escuta e sem estrutura.

A proposta de Maria do Amparo relacionada à prevenção e enfrentamento ao bullying converge com a Meta 6.b do PL, que trata da construção de ambientes escolares seguros e promotores de convivência respeitosa. Além disso, a Estratégia 6.6 prevê a promoção da cultura de paz e resolução de conflitos, enquanto a Estratégia 18.5 propõe articulação intersetorial com políticas de saúde e assistência. No entanto, o PL não traz com clareza a criação de canais anônimos de denúncia ou a obrigatoriedade de protocolos padronizados em todo o território nacional. As propostas recebidas preenchem essa lacuna, ao estruturar medidas mais concretas de combate e prevenção, alinhadas ao cotidiano escolar.

As propostas de tutoria, mentoria, aconselhamento psicológico e reforço escolar conversam com as Metas 4.c e 5.e do PL, que buscam garantir trajetórias escolares completas e reduzir desigualdades de aprendizagem. Elas também se articulam às Estratégias 4.3, 4.6, 6.4, 9.4 e 16.15, voltadas à ampliação da jornada, atendimento individualizado, integração com políticas sociais e bem-estar dos profissionais da educação.

No entanto, as propostas da escuta são mais detalhadas e propõem programas sistemáticos de permanência ativa, com foco na convivência escolar, saúde emocional e integração comunitária — aspectos ainda pouco desenvolvidos no texto atual do PL. Assim, essas contribuições qualificam e aprofundam as metas já previstas, trazendo uma abordagem mais humana e territorializada da permanência.

Julianna Laffront | Articuladora e redatora
(13) 98824-9096 | julianalaffront@hotmail.com

Aline Beselga Guerra: traz reflexões sobre vulnerabilidade no ambiente escolar, revelando o quanto violências — físicas, emocionais ou simbólicas — marcam a trajetória de muitas crianças e adolescentes. Sua fala convida o PNE a olhar com coragem para o cotidiano das escolas e a construir estratégias de prevenção e acolhimento que sejam efetivas e sensíveis. Ao sugerir o debate sobre o uso de câmeras como medida de proteção, Aline levanta um tema complexo, que exige diálogo com os direitos das crianças e com a ética do cuidado. Sua contribuição reforça que a proteção no ambiente escolar precisa ser concreta, afetiva e comprometida com a dignidade de cada estudante.

Projeto Multiplicadores de Gestão Pública – MXGP 1.0: amplia o debate sobre proteção no ambiente escolar ao incorporar uma dimensão essencial: a prevenção ativa das discriminações e preconceitos no cotidiano educacional. Ao sugerirem ações concretas como rodas de conversa, escuta sensível, depoimentos de vida e intervenções com profissionais da saúde mental, o grupo propõe uma escola mais empática, inclusiva e comprometida com os direitos humanos.

A proposta ganha ainda mais força ao prever mecanismos de monitoramento e responsabilização, com projetos-piloto e metas de impacto mensurável. O enfrentamento ao preconceito não pode se restringir ao discurso: precisa ser política educacional com indicadores, avaliação e transformação de cultura. Essa contribuição converge com metas e estratégias do PL nº 2.614/2024 voltadas à cultura de paz e aos direitos humanos (como a estratégia 6.7 e as metas 12.a e 12.d), e reforça a urgência de consolidar ambientes escolares que não apenas acolham a diversidade, mas também a protejam ativamente.

5.7 - Eixo 7 – Tecnologia e inclusão digital como direito



A tecnologia, quando compreendida como instrumento de inclusão e cidadania, é um poderoso vetor de transformação educacional. A escuta na Baixada Santista reforçou o papel estruturante da inclusão digital na educação, desde o acesso a equipamentos e conectividade até o letramento digital e o uso crítico das tecnologias. As propostas convergem com o que prevê o PL do novo PNE, mas apontam caminhos para fortalecer ainda mais sua implementação com foco na justiça social.

Objetivos	
7.1.	Garantir o acesso equitativo à conectividade, às tecnologias educacionais e ao letramento digital em todas as etapas da educação básica, promovendo o uso crítico, ético e inclusivo das tecnologias como ferramenta de aprendizagem, participação cidadã e redução de desigualdades.

Metas	
7.1.1	Garantir que todas as escolas públicas tenham acesso à internet de alta velocidade, equipamentos adequados e ambiente digital seguro até o fim da vigência do PNE.
7.1.2	Implementar a educação digital como componente curricular obrigatório, de forma transversal e cidadã, desde o ensino fundamental até o médio.
7.1.3	Universalizar o acesso dos estudantes em situação de vulnerabilidade a dispositivos tecnológicos e formações em letramento digital.

Estratégias	
7.1.1.1	Assegurar a disponibilização de dispositivos e recursos digitais para estudantes e professores, com prioridade para os territórios em vulnerabilidade.
7.1.2.1	Fortalecer a formação continuada de educadores para uso das tecnologias na prática pedagógica, incluindo robótica, programação e educação midiática crítica.
7.1.3.1	Estimular a criação de plataformas acessíveis, interativas e cidadãs que articulem os dados do PNE com escuta da comunidade escolar (previsto em outro eixo).
7.1.3.2	Integrar a dimensão digital nos materiais didáticos e bibliotecas escolares, promovendo a inclusão desde a base.

Relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

ODS 4 – Educação de Qualidade: Promover o acesso universal a tecnologias educacionais e letramento digital contribui para garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade em todas as etapas da vida escolar.

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura: Fortalecer a infraestrutura digital das escolas públicas e estimular o uso criativo e inovador das tecnologias na educação impulsiona a inovação e o desenvolvimento sustentável nos territórios.

ODS 10 – Redução das Desigualdades: A universalização do acesso a equipamentos, internet e competências digitais reduz desigualdades entre estudantes de diferentes classes sociais, raças, territórios e contextos de vulnerabilidade.

Reflexões sobre as contribuições:

Raphael Silva: propôs a criação de uma plataforma digital voltada à democratização do acesso à informação e à escuta permanente da comunidade escolar, com base nas metas do PNE (presente em outro eixo deste relatório). Sua proposta articula transparência, participação e inovação, reforçando a importância da tecnologia como meio para aproximar o plano educacional da realidade cotidiana.

André João da Silva Santos: sugeriu a inclusão da educação digital na grade curricular do ensino fundamental e médio, reforçando a necessidade de estruturar uma base cidadã desde os primeiros anos escolares. Sua contribuição vai ao encontro das metas de conectividade e letramento digital previstas no PL.

A proposta de Danielle da Silva Agostinho também dialoga com este eixo ao destacar a importância de formar os estudantes em competências essenciais para o mundo contemporâneo, como o uso responsável e crítico das tecnologias.

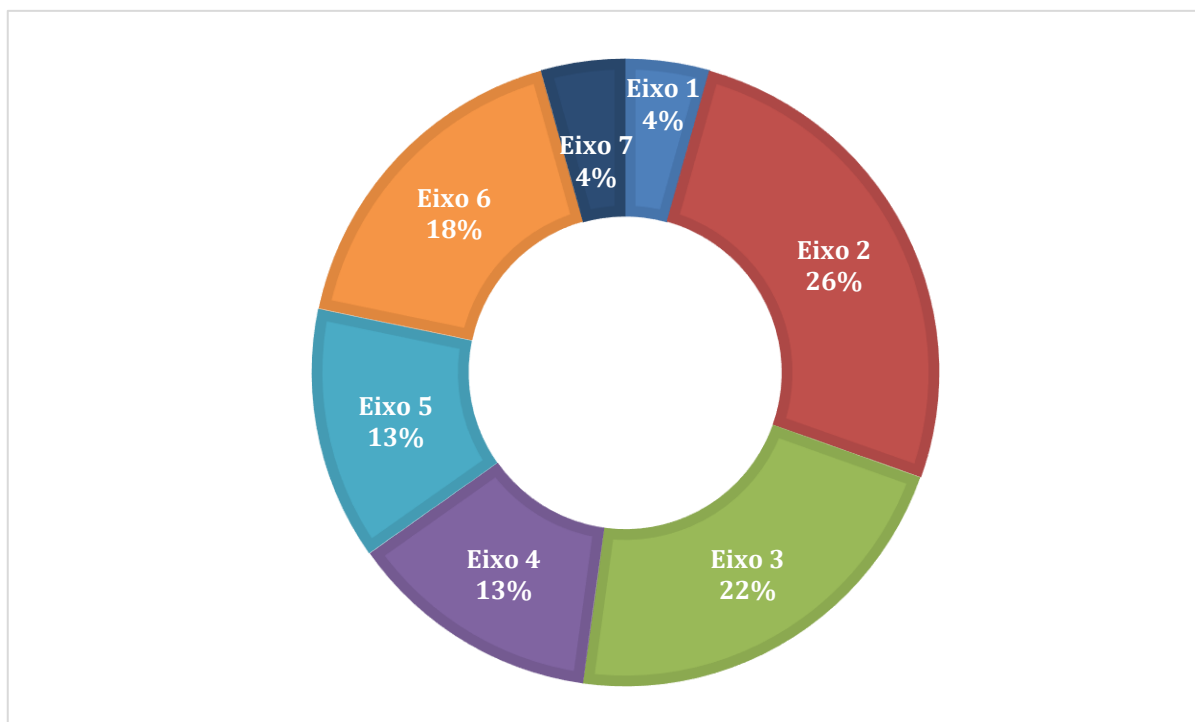
6. Considerações Finais

Chegar até aqui não foi simples. Entre os compromissos do cotidiano, os prazos curtos e os atravessamentos da vida, seguir com esse movimento exigiu muita escuta, comprometimento, entrega e confiança. Mas foi também nesse processo que reencontrei, mais uma vez, a razão de seguir acreditando na política e na educação como caminhos de transformação.

Concluir este relatório é, ao mesmo tempo, encerrar uma etapa e lançar sementes. Sementes de um PNE mais humano, mais enraizado nas realidades dos territórios e mais atento às vozes que muitas vezes ficam à margem das decisões. Saio desta escuta com ainda mais certeza de que vale a pena insistir no coletivo, convocar ao diálogo e construir pontes — mesmo quando os caminhos são desafiadores. Que este documento seja uma dessas pontes. E que as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, sintam-se parte viva desse movimento.

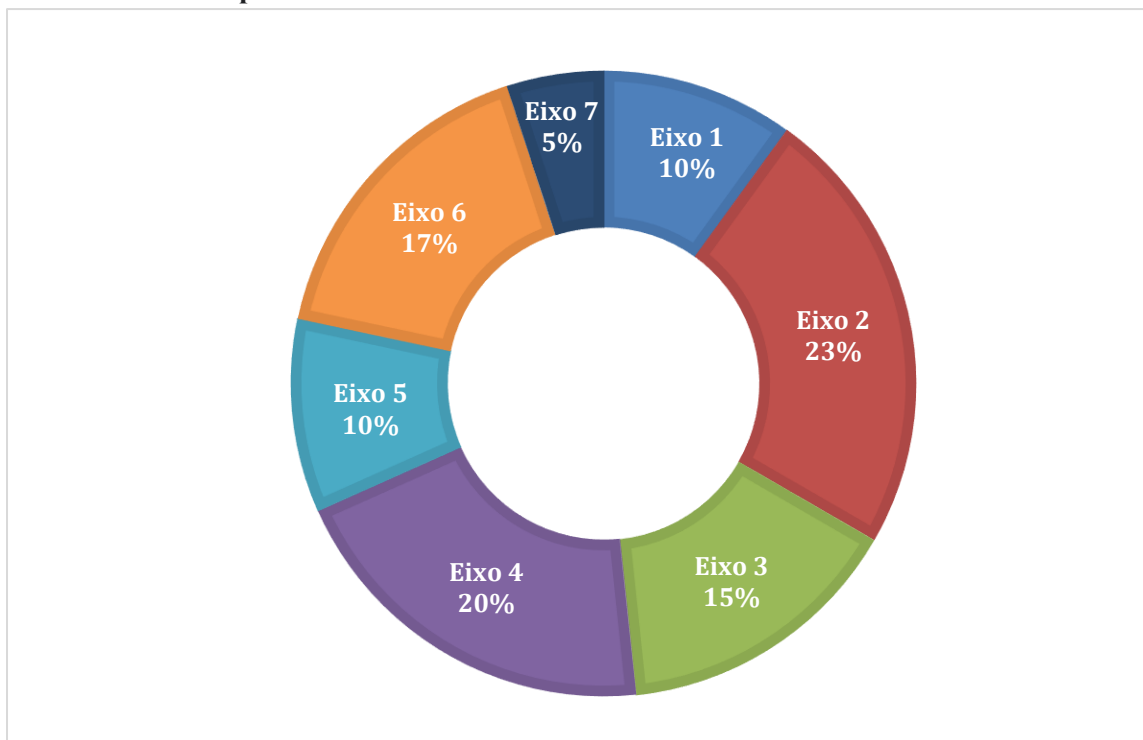
A partir de vozes da Baixada Santista, sistematizamos 23 objetivos, 60 metas e 133 estratégias organizadas em 7 eixos temáticos construídos com base nas contribuições recebidas.

Gráfico 2 – Objetivos por Eixo



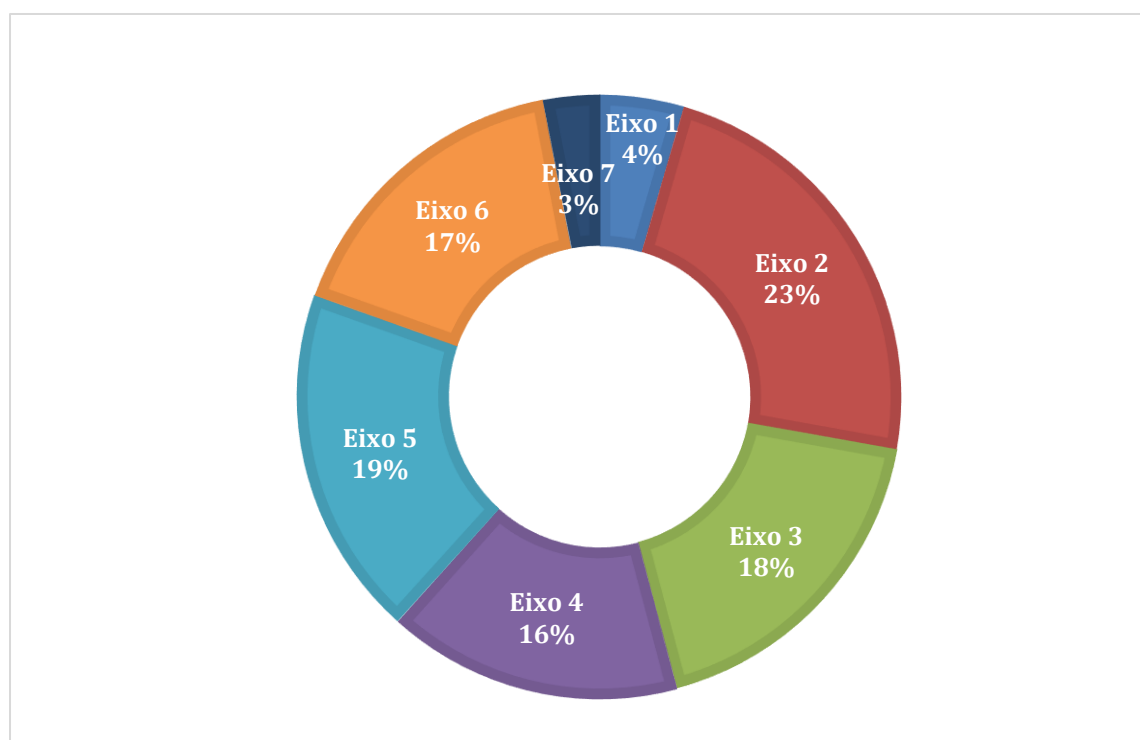
Elaboração própria

Gráfico 3 –Metas por Eixo



Elaboração própria

Gráfico 4 –Estratégias por Eixo



Elaboração própria

Esses números não representam apenas volume: expressam a esforço coletivo de traduzir sentimentos, vivências e esperanças em propostas concretas de política pública. Em muitos casos, as contribuições preencheram lacunas do próprio PL nº 2.614/2024, como a ausência de metas específicas para a valorização salarial docente, a indefinição sobre o papel dos grêmios estudantis e a escassez de estratégias intersetoriais em áreas como saúde mental, combate ao preconceito e dignidade menstrual.

A divisão final das propostas em objetivos, metas e estratégias, organizadas nos eixos temáticos, revela a amplitude e a profundidade da escuta realizada. Destaca-se o protagonismo dos eixos “Equidade, inclusão e estrutura adequada” (Eixo 2), com o maior número de metas e estratégias, e “Currículo conectado à vida real, aos territórios e aos ODS” (Eixo 3), com a maior quantidade de objetivos — indicando o quanto a sociedade deseja uma escola enraizada na realidade, acessível e com sentido.

É expressiva a contribuição nos eixos “Proteção e cuidado no ambiente escolar” e “Valorização das(os) profissionais da educação”, o que demonstra a urgência de pensar o cotidiano escolar não apenas em termos pedagógicos, mas também humanos. Esses dados reforçam que as vozes escutadas souberam traduzir experiências individuais em propostas consistentes e estruturadas de política pública.

Foi possível também perceber a força de temas que mobilizam a sociedade para além dos diagnósticos institucionais, como a defesa da educação emocional, a urgência da inclusão plena de estudantes, a articulação entre educação e mundo do trabalho, a valorização das culturas locais e a democratização da avaliação.

Do ponto de vista técnico, as sugestões dialogam diretamente com metas e estratégias do PL em áreas como alfabetização (Metas 2.5, 3.1, 10.a), educação em tempo integral (Meta 6.a), formação docente (Meta 1.1), conectividade e letramento digital (Meta 7.a e Estratégias 7.3, 7.5, 7.6), entre outras. Ao mesmo tempo, trouxeram propostas complementares que podem aprimorar a redação final do plano — como o uso estratégico da extensão universitária, a ampliação das políticas de permanência para pessoas idosas e a construção de uma plataforma nacional de monitoramento cidadão do PNE.

O que emerge, ao fim, é a imagem de uma sociedade que quer participar. Que quer ser ouvida. Que tem propostas. Que enxerga na escola pública um campo de potência e cuidado, mas que precisa de espaços reais de escuta e retorno. E que, mesmo quando não domina os jargões técnicos, sabe — com a sabedoria da vida — o que a educação precisa ser.

7. Subscrições

Subscvem este relatório, assim como a Escuta Aberta na Baixada Santista:

Ana Marta Dos Santos Braga (bragaanamarta@gmail.com)
André João da Silva Santos (andrejoaosantos71@gmail.com)
Adriana Pereira Santos (adri.santos.12@gmail.com)
Aline Beselga Guerra (linebeselga8@gmail.com)
Ana Maria Santos da Silva (silva.mss@gmail.com)
André Fabiano de Castro Vicente (vicente.afc@gmail.com)
Antonia Rochelle Lima de Meneses (rochellelima13@gmail.com)
Benny Brandão Coquito de Souza (bennycoquitofilho@gmail.com)
Camila Genaro (producaocamilagenaro@gmail.com)
Carla dos Santos Nascimento (carla.snascimento@hotmail.com)
Carla Figueiredo Bairros (carla_fbmoraes@hotmail.com)
Carlos Dimitri Cescon (carlos.cescon.contato@gmail.com)
Carmem Silva do Carmo Cerabando (carmem.carmo@gmail.com)
Caroline Malagutti Fassina (carolinefassina@fpts.org.br)
Chris Ritchie (chris.ritchie67@gmail.com)
Clarice Rita do Carmo dos Santos (clarice.carmo73@gmail.com)
Daniela Ferauche (theferauche@gmail.com)
Danielle da Silva Agostinho (dagostinho00.da@gmail.com)
Danielle Marinho Rabelo (danielledmarinho81@gmail.com)
Dulcinea Vilar da Nóbrega Laffront (dulciealexandre@@hotmail.com)
Érica Fernanda Florencio da Silva (florencio.eric@gmail.com)
Fábio Roberto Murça de Oliveira João (fmurca@gmail.com)
Fábio T. Maeshiro (tatsubo.f@gmail.com)
Fernando Pereira da Silva (ferdnanps@hotmail.com)
Flavia Cristina Cintra Marques (flavia_cintramarques@hotmail.com)
Francisco Barbosa Santos (franciscowizard@gmail.com)
Gabriel Pontes Bueno Guerra (gpbguerra@gmail.com)
Gabriely Silva Vargas (gabrielyvargas25@gmail.com)
Geomar Souza Rabelo (geomar2000@gmail.com)

Julianna Laffront | Articuladora e redatora
(13) 98824-9096 | julianalaffront@hotmail.com

Giane Rodrigues de Souza de Andrade (agisobrerodas@gmail.com)
Hérica Reis Cataldi (herica.cataldi@gmail.com)
Hilda de Sousa Rodrigues (hilda.sousa@gmail.com)
Ingrid Dafny da Costa Guimarães (Ingriddafny@hotmail.com)
Iris Taína Canindé Gonçalves Ventura Daval (iris_daval@hotmail.com)
Isaac Santos dos Santos (isaacsantospg@gmail.com)
Isabela Maria de Resende Cavalcante (isabela.mrcavalcante@)
Jessica Vilar da Nóbrega Laffront (jessicalaffront@hotmail.com)
Jocemar Alves (jolimaalvesartes@gmail.com)
José Carlos Fassina (carlofassina@hotmail.com)
José Igor Nunes (santos.igor51@gmail.com)
Juliana Goes Wolthers (juliana@julianagoes.com.br)
Leonardo Henrique Sobral Filho (leonardosobralfilho@gmail.com)
Lídia Santos Mota Miyazaki (lidiasmotaph@gmail.com)
Luana Aparecida de Oliveira Cajé (luanacaje@gmail.com)
Luccas Cavalcante Pouza Durante (luccasdurante0307@gmail.com)
Luciana Helena Fermino (lucianahfermino1@gmail.com)
Luísa Marta Soares Nunes (luconchaseartes@gmail.com)
Marco Antônio Videira (mvideira57@gmail.com)
Marcos Cavalcanti de Souza (marcoscavalcanti@santos.sp.gov.br)
Maria Aparecida de Oliveira Santos (mariaparecidapaz3@gmail.com)
Maria Carla dos Santos (estrela.mcs@gmail.com)
Maria das Graças Nascimento Silva (profa.graca02@gmail.com)
Maria do Amparo da Silva (mariaadv080179@gmail.com)
Maria Eliete Pereira da Silva (meps1956@gmail.com)
Mariane Fernandes Costa (mariane.ecodesigner@gmail.com)
Mariane Regina Damião da Silva (mary.miguel.arthur@gmail.com)
Marilandy Sá dos Santos (marilandysa.profissional@hotmail.com)
Marília Cavalcante Durante (mariliacdurante@gmail.com)
Raphael Rabelo da Silva (rapha200@gmail.com)
Regiane Cipriano dos Santos (nascerdarte2018@gmail.com)
Renata Da Silva Alves (renata-k2@hotmail.com)
Romilda Gadi da Silva (gadi.romilda73@gmail.com)

Julianna Laffront | Articuladora e redatora
(13) 98824-9096 | julianalaffront@hotmail.com

Escuta aberta: contribuições da Baixada Santista à Comissão Especial
do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados

Rosana Salvador Dias (rosaldias26@gmail.com)

Rosane Sales Nascimento da Silva (rosanensales@gmail.com)

Selene Cássia de Castro Ballan (ballanselene@gmail.com)

Tânia Mara Brandão (taniamarabrandao67@gmail.com)

Temilton Pimentel Matos (temilton.matos@gmail.com)

Vanessa Aparecida Guimarães Segóvia Dias da Silva (vanessapsegovia9@gmail.com)

Vick Santana Soares (vickssoares@hotmail.com)

Wellinton Candido da Silva (wellinton.candido.silva@hotmail.com)

Multiplicadores de Gestão Pública – MXGP 1.0

Movimento ODS Santos

Secretaria Municipal de Mulheres do PSB São Vicente

Girl Up Caiçara